

10º CTE APONTA PARA FORTALECIMENTO DA LUTA CONTRA O CHOQUE DE GESTÃO

PÁGINAS 12, 13, 14 E 15



VETOS NO PDE COMPROMETEM A
EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

3

ROLLEMBERG NÃO PAGA PECÚNIA
DA LICENÇA-PRÊMIO

6

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
AINDA SOB ATAQUE

8

SEXTA ETAPA DO REAJUSTE
SALARIAL AMEAÇADA

18

Expediente

Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Jornalistas: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado e Tomaz de Alvarenga
Revisão: José Antônio de Oliveira
Fotos: Deva Garcia e ECOM
Diagramação e capa: Eduardo Gustavo A. dos Santos Silva
Fotos: Deva Garcia / ECOM
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 38.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
Carlos Cirane - Coordenador
Cláudia Bullos
Washington Dourado

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS
Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora
Francisco Raimundo (Chicão)
Sílvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS
Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador
Elaine Amâncio Ribeiro
Jairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS
Dimas Rocha - Coordenador
Ilson Veloso Bernardo
Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS
Eliceuda Silva França - Coordenadora
Neliane Maria da Cunha
Vilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS
Rosilene Corrêa - Coordenadora
Luiz Alberto Gomes Miguel
Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL
Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora
Magneete Barbosa Guimarães
Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Cláudio Antunes Correia - Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE
Wiviane Farkas - Coordenadora
Jucimeire Barbosa (Meire)
Delzair Amancio da Silva

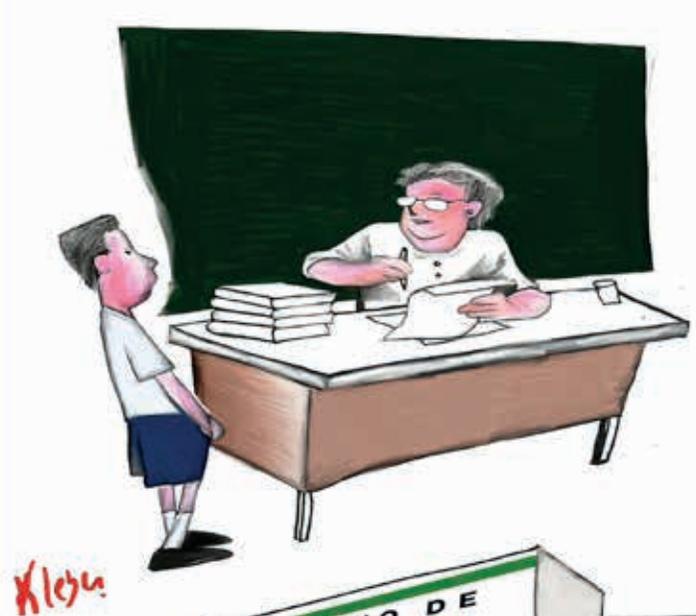
SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR
Maria José Correia Muniz - Coordenadora
Manoel Alves da Silva Filho
Gilza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA
Julio Barros - Coordenador
Luciana Custódio
Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL
Berenice D'Arc Jacinto - Coordenadora
Fernando Reis
Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS
Gabriel Magno - Coordenador
Iolanda Rodrigues Rocha
Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL
Gardênia Lopes dos Santos
Maria Cristina Sant'ana Cardoso
Jailson Pereira Sousa
Marcos Alves Pires
Regina Márcia de Assis Santos



MOBILIZAÇÃO PERMANENTE PARA QUE DIREITOS NÃO SEJAM RETIRADOS

A categoria irá enfrentar nos próximos três anos muitos desafios que ela mesma identificou no 10º Congresso dos Trabalhadores na Educação Paulo Freire, realizado no fim de agosto em Brasília.

Já consta no nosso plano de lutas que o enfrentamento tem de ser feito constantemente para garantir a manutenção dos direitos já adquiridos nos últimos anos e que se prosiga na busca de avanços nos direitos, na democracia e na construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

O governo do Distrito Federal ostenta o termo “socialista” na sua sigla, mas é neoliberal em sua essência e na prática, com Estado mínimo, enxugamento da máquina pública, corte em investimentos sociais, paralisação de concursos e outras práticas que prejudicam não só a classe trabalhadora, mas toda a população.

Os últimos atos da categoria nas ruas fizeram com o que o GDF recu-

asse, em um primeiro momento, na tentativa corriqueira de retirada de direitos.

Mas Rollemberg voltou à carga e anunciou o não pagamento da última parcela do reajuste salarial do Plano de Carreira - conquistado após muita luta e uma greve de 52 dias. Se o reajuste não for creditado com o pagamento de outubro, todas as 32 categorias podem responder com greve geral.

Mesmo argumentando escassez de dinheiro, o GDF precisa encontrar solução jurídica, já que os reajustes estão previstos em leis aprovadas pela Câmara Legislativa. Essas leis foram questionadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e consideradas válidas pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do DF, com um placar de 17 a zero.

A campanha salarial 2015/2016 ganha seus contornos com a realização do 10º Congresso dos Traba-

lhadores na Educação Paulo Freire, apontando para o plano de lutas e os caminhos que precisam ser trilhados para garantir avanços. Um deles é o que diz no PDE (Plano Distrital de Educação), na Meta 17, sobre a valorização da categoria com vistas à isonomia com a média das carreiras de nível superior do funcionalismo público do DF.

Temos de permanecer preparados(as) para continuar na luta para que esta lei se concretize, pois estes investimentos da educação têm impacto direto nas condições de trabalho e nas melhorias salariais dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais.

Temos de manter presença ostensiva de todos(as) no debate de projetos na CLDF. Neste ano, a categoria, que se mantém unida e forte, já compareceu muitas vezes e continuará marcando presença, pois a Câmara Legislativa do DF irá apreciar leis que tiram direitos dos(as)

trabalhadores(as) da ativa e aposentados(as), dos quais somos contrários. A categoria demonstra seu papel pressionando o Executivo e o Legislativo, o que já trouxe algumas sensibilizações junto aos(as) deputados(as) distritais. O Sinpro continuará cobrando o compromisso dos parlamentares distritais perante professores(as) e orientadores(as) educacionais.

Nossa luta é nacional. A CUT está à frente de atos da classe trabalhadora, com trabalhadores(as) vindos de todo o país, para lutar contra os projetos conservadores que tramitam no Congresso Nacional. A Marcha das Margaridas é outro exemplo de todos os cantos do país na luta por seus direitos e por cidadania.

A luta é de todos e todas, por mudanças na política econômica, para que o Brasil continue crescendo e os investimentos em áreas sociais voltem a se intensificar.

VETOS AO PDE SÃO UM RETROCESSO À EDUCAÇÃO

PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO SOFREU DOIS CORTES DO PODER LEGISLATIVO E 41 VETOS DO GOVERNADOR RODRIGO ROLLEMBERG. O SINPRO-DF FARÁ EMPENHO PELA DERRUBADA TOTAL DELES

O Projeto de Lei nº 428/2015, que aprova o Plano Distrital de Educação (PDE), foi sancionado pelo governador Rodrigo Rollemberg no dia 14 de julho. Apesar da sanção, o documento original sofreu duas alterações pelo Poder Legislativo antes de ser publicado no dia 25 de junho no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Em seguida, sofreu 41 vetos do Poder Executivo. Todas as mudanças e vetos representam um retrocesso ao PDE, que é o instrumento de planejamento, gestão e integração do sistema de ensino do Distrito Federal, construído com a participação da sociedade para ser executado pelos gestores educacionais.

O Legislativo foi responsável por dois grandes retrocessos. Na Meta 1, que trata das creches, foi excluída a transposição das creches conveniadas, comunitárias e confessionais para a esfera da educação pública, reforçando o caráter privatista da educação, já que 95% das creches no Distrito Federal são privadas. Outro ponto negativo foi a exclusão do PDE de quaisquer referências às

questões de gênero e LGBT. Em nome do combate à “ideologia de gênero”, o Legislativo impediu uma série de políticas públicas voltadas às mulheres, reforçando todo tipo de discriminação para com o gênero, impedindo o combate à intolerância e à homofobia.

Já o Poder Executivo, por meio do governador Rodrigo Rollemberg, foi autor de 41 vetos. Entre eles estão as estratégias 1.28, que incentiva, por meio dos conselhos escolares, as parcerias do setor público com ONG’s e instituições sem fins lucrativos para o atendimento à educação infantil; a 1.30, que garante às crianças com deficiência o atendimento com profissionais devidamente qualificados e habilitados para tanto; a 4.5, que trata da construção de centros de ensino especial nas RA’s de São Sebastião, Paranoá, Recanto das Emas e Núcleo Bandeirante, conforme Plano Plurianual 2012/2015, e escolas bilíngues na rede pública, incluindo a construção de um espaço físico para o Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais e o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às

Pessoas com Surdez; a 4.33, que assegura a presença de profissional de apoio em sala de aula onde se encontrem crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento; e a 7.3, que trata de garantir para as unidades escolares: bibliotecas, quadras poliesportivas cobertas, laboratórios de ciências, de informática com acesso à rede mundial de computadores e auditório.

Na meta 10, o Executivo excluiu as estratégias 10.5, que criava o comitê de acompanhamento da execução do Plano para oferta de educação nas prisões do DF, previsto no Decreto Federal nº 7.626 de 2011; a estratégia 10.25, que assegurava o pagamento de adicional de periculosidade e insalubridade aos profissionais da educação, que trabalham com estudantes privados da liberdade por medida judicial; além dos vetos às estratégias 12.1, 12.2, 12.3, 12.7, 12.8, 12.9 e 12.10, que tratavam da Educação Superior no Distrito Federal.

Outra perda foi com relação à Meta 17, que fala da valorização dos profissionais da educação da rede pública de educação básica,

ativos e aposentados, de forma a equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do DF com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste Plano.

As estratégias 18.2, sobre a ampliação do tempo para nossa coordenação pedagógica, que caminhava para 50%; a 19.4, que trata da criação da Lei de Responsabilidade Educacional (LRE); a 20.5, que tratava da continuidade da capitalização do fundo de previdência social dos servidores; além do veto ao aumento dos recursos vinculados à educação de 25% para no mínimo 30% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências mostram perdas diretas à Educação no DF, são outras estratégias vetadas.

Todos estes vetos desfiguram o alcance daquilo que foi aprovado pela Conferência Distrital de Educação, realizada em maio de 2014 com mais de 400 delegados(as). Para a diretora da Secretaria de Política Educacional do Sinpro, Berenice D’arc, o GDF utilizou argumentos frágeis para justificar todos estes vetos, mos-

trando desconhecimento, já que o PDE é um projeto de Estado. “Quando Rollemberg usa como argumento a questão da crise financeira, ele se esquece que muitos projetos do PDE podem ser feitos para além de quatro anos”, argumenta Berenice, complementando que uma das maiores perdas impostas pelos vetos é relativa à Meta 12, que fala sobre a formação superior no DF. “Brasília é uma das duas unidades da Federação a não ter uma universidade distrital. Tínhamos todos os encaminhamentos para conseguir esta vitória, já que o Governo Federal tem apontado recursos e o GDF recuou”, comentou.

O documento do Poder Executivo será encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, onde será lido em plenário. Os deputados distritais têm um mês para se manifestar pela manutenção ou derrubada integral ou parcial dos vetos.

O Sinpro fará empenho para que todos os vetos sejam derrubados de forma total, já que o PDE é o resultado de uma construção coletiva e democrática de toda a comunidade escolar.



OBSERVATÓRIO PDE

O Sindicato dos Professores no Distrito Federal lançou no dia 30 de agosto, durante o 10º Congresso de Trabalhadores em Educação Paulo Freire, o Observatório PDE. O Observatório é uma ferramenta

de controle social onde o Sinpro, professores(as), orientadores(as) e os(as) cidadãos(as) poderão acompanhar a implementação das 21 metas do Plano Distrital de Educação e de todas as suas estratégias.

O Plano Distrital de Educação é uma conquista importantíssima. É a primeira vez que o Brasil e o DF têm um Plano de Educação construído democraticamente com a sociedade, com o objetivo de estabe-

lecer metas, estratégias e planejamento para melhorar a qualidade e o acesso à educação pública. O PDE deve ser implementado ao longo de dez anos.

O Observatório PDE entrará na página do Sinpro

a partir de outubro, ainda em fase operacional, onde todos e todas poderão fazer consultas. Por enquanto teremos em nosso site, www.sinprodf.org.br, a cartilha de apresentação do Observatório.



INATIVO É QUEM NÃO LUTA

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DE APOSENTADOS PROMOVE CURSO AVANÇADO DE FORMAÇÃO SINDICAL NA CHÁCARA DO PROFESSOR E MOBILIZA 150 PROFESSORES(AS) APOSENTADOS(AS)

Cento e cinquenta professores (as) aposentados (as) participaram do Curso de Formação Sindical, Módulo Avançado, do Sinpro, realizado no Espaço Educador Chico Medes, na Chácara do Professor, no dia 6 de agosto, pela Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores Apolônio de Carvalho (ECOCUT). Esse módulo foi a 22ª edição do curso promovido pela Secretaria para Assuntos de Aposentados. Este ano foi realizado um curso

de primeira etapa, em junho.

Neste segundo semestre, a Secretaria para Assuntos dos Aposentados irá realizar mais dois módulos de segunda etapa. Neste Módulo Avançado, os (as) aposentados (as) tiveram uma breve análise da situação atual nacional e internacional, com o dirigente sindical Antônio Lisboa, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT Nacional) e integrante eleito do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A diretora da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro e dirigente da CUT Brasília, Nilza Cristina, abordou a atual situação do sistema previdenciário do Distrito Federal e os desafios perante o contexto imposto pelo governo Rodrigo Rollemberg. O educador da ECOCUT, Jeová Simões, falou sobre o significado

de uma análise de conjuntura e da importância da participação dos (as) aposentados (as) na luta sindical. O professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e educador da ECOCUT, Helder Molina, fez uma reflexão sobre o Sinpro no contexto da organização da sociedade e do Estado, apontando os papéis de cada uma dessas instituições.

Reivindicação dos aposentados - “Essa terceira etapa é tudo de melhor que o Sinpro está oferecendo por quem passa pela formação política e sindical. Estamos tendo conteúdos muito bons. A gente vê a diferença dessa qualidade de participação quando comparamos os aposentados 10 anos atrás e hoje. É uma participação qualificada”, afirma a coordenadora da Secretaria para Assuntos de Aposentados, Isabel Portugal.

A parceria do Sinpro com a

ECOCUT visa a construir e atualizar os (as) aposentados (as) e mostrar a eles e elas a importância da participação de cada um na vida da categoria e na luta sindical. “O movimento sindical tradicionalmente exclui os profissionais que se aposentam e os que estão desempregados. Isso é uma tradição que a gente está vencendo. O Sinpro é um dos únicos do país em que professor precarizado, temporário, se sindicaliza normalmente”, afirma Jeová.

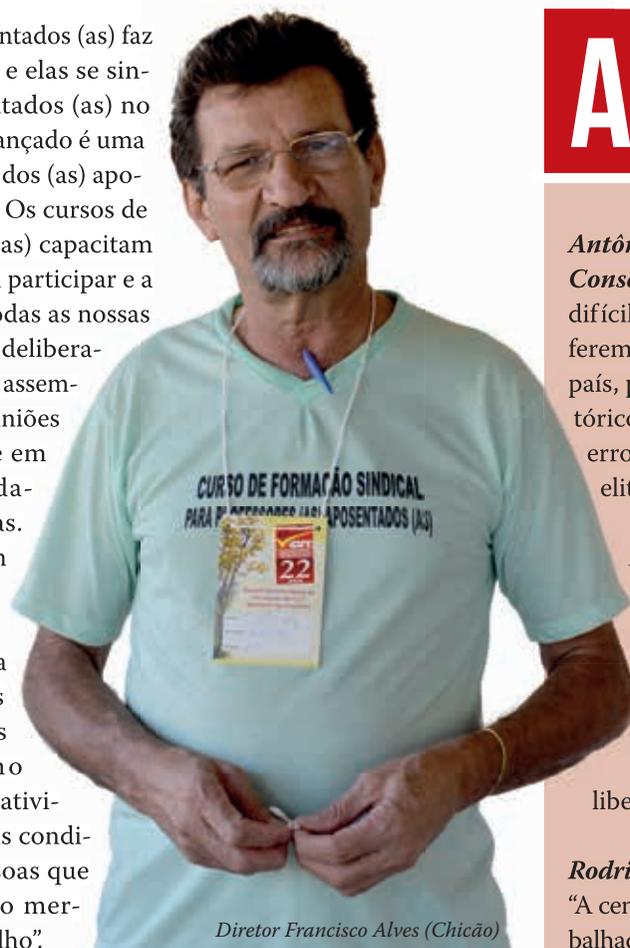
O educador da ECOCUT diz que, com o professor aposentado, a lógica é a mesma: o capitalismo descarta o trabalhador aposentado, a pessoa que não é ‘produtiva’, como a criança, o idoso, o aposentado, o deficiente. “Esse curso quebra esse paradigma capitalista, essa cultura do descarte tanto com os professores precarizados quanto com os aposentados”.

A segunda razão da execu-

ção desse curso é porque certas pautas são específicas dos aposentados, como, por exemplo, a paridade. Sílvia Canabrava, diretora da Secretaria de Aposentados, afirma que nenhum sindicato consegue reunir essa quantidade de aposentados (as) na luta como o Sinpro. “Isso ocorre porque transformamos isso numa prioridade. Temos uma secretaria para assuntos de professores (as) aposentados (as) na qual desenvolvemos um trabalho exclusivamente voltado para esse segmento. A gente trabalha na formação com cursos de primeira e segunda etapas e, agora, estamos inovando com o módulo avançado”.

Outro diretor da Secretaria de Aposentados, Francisco Raimundo (Chicão), acredita que a formação

dos (as) aposentados (as) faz com que eles e elas se sintam representados (as) no Sinpro. “O avançado é uma reivindicação dos (as) aposentados (as). Os cursos de formação os (as) capacitam e estimulam a participar e a intervir em todas as nossas instâncias de deliberação, como em assembleias, em reuniões específicas, e em outras atividades específicas. Esse curso tem de permanecer e fortalecer a secretaria cada vez mais com novas ações, como seminários e atividades sobre as condições das pessoas que já deixaram o mercado de trabalho”.



Diretor Francisco Alves (Chicão)

HÁ 29 ANOS ECOCUT FORMA SINDICALISTAS

A CUT, por meio da ECOCUT, promove a formação sindical para trabalhadores sindicalizados. Uma dessas ações de formação é com o Sinpro, que tem um programa de formação da ECOCUT para formação de professores(as) sindicalizados(as). Esse curso existe desde que a CUT foi formada, em 1983.

Dentre os princípios de funcionamento da CUT, a formação dos(as) trabalhadores(as) deve ser executada pelos(as) mesmos(as). Assim, é por isso que é a própria CUT que realiza essa formação e também tem uma base no aporte pedagógico deixado pelo educador Paulo Freire porque a formação sindical se construiu, do ponto de vista metodológico, em virtude da discussão sobre educação popular que ocorreu no

Brasil e no mundo sob as ideias paulo-freirianas.

Assim, essa ligação com o método de Paulo Freire é total. Várias pessoas ligadas a essa corrente de pensamento estão no rol de formadores e integram as escolas de formação sindical da CUT.

O que tem de novo é que essa formação da Central desenvolveu uma metodologia que não é exatamente a da educação popular porque ela leva em conta, basicamente, as relações de trabalho. “Sem dúvida, ela leva em conta a vida, a realidade da pessoa, assim como pressupõe a discussão paulo-freiriana, mas a nossa tem um *plus*, um ‘a mais’, que é a própria relação capital-trabalho, explica Jeová de Lima Simões, advogado, pedagogo e educador da ECOCUT.

A ECOCUT formou muitas lideranças sindicais nesses anos. “O Sinpro é um exemplo disso. Muitos professores ingressaram no movimento após a formação da CUT e se tornaram lideranças. Hoje há uma participação direta de muitos (as) professores (as) no Sinpro, nas reuniões, nas assembleias, até mesmo dos (as) aposentados (as), suscitada pela participação no programa de formação”, revela o educador. Os (as) trabalhadores (as) que realizam os cursos de formação participam ativamente da vida do sindicato e fazem intervenções nas instâncias deliberativas do Sindicato, com um pensamento crítico que lhe possibilita construir a ligação entre as questões do sindicato, do mundo do trabalho e da vida pessoal, que é o ponto forte da formação.

APOSENTADOS (AS)

Antônio Lisboa (diretor da CNTE, CUT Nacional e do Conselho de Administração da OIT): “É um momento difícil. Há uma tentativa de golpe no Brasil. As elites desferem um ataque profundo ao projeto que hoje dirige o país, para que esse projeto seja alijado do processo histórico do Brasil. As pessoas têm de saber que existem erros neste projeto, porém, não são pelos erros que a elite está atacando este governo, e sim pelos acertos”.



Elder Molina (professor da Faculdade de Educação da UERJ): “O papel dos sindicatos é fazer a defesa dos direitos e da democracia. Tem de agir, organizar o debate na sociedade. Os sindicatos não podem mais lutar só por salário e emprego, têm de lutar por outras questões. E, hoje, fazer a defesa da democracia, da liberdade, dos direitos é uma ação fundamental”.



Rodrigo Rodrigues (secretário-geral da CUT Brasília): “A central sindical deve organizar a luta geral da classe trabalhadora. O sindicato organiza essas lutas da categoria que ele representa, mas os diversos sindicatos organizados e reunidos numa central defendem aquilo que é pauta comum da classe trabalhadora. O Sinpro é um sindicato importante, forte, poderoso, que tem uma luta histórica construída pelos professores que agora estão aposentados”.



Maria José Ribeiro – professora aposentada: “Meu lema é: na luta sempre. Esse curso é muito bom por causa da análise de conjuntura. É importante a participação dos aposentados em todas as lutas porque precisamos repassar nossas experiências aos que estão chegando e não têm ideia do quanto foi difícil conquistar cada um dos direitos que temos hoje na nossa carreira e no nosso contracheque. Os direitos não caem do céu”.



Holanda Carvalho – professora aposentada: “Estou na luta desde que era Associação dos Professores. Era uma associação porque o regime militar não admitia haver nenhum sindicato no país. Na época da intervenção da ditadura, eu já era da associação. Fui também perseguida, presa, processada pelos miliares. A gente tinha de ter um cuidado muito grande e não podia fazer nada”.



Gessy Rodrigues de Souza – professora aposentada: “Sou do tempo da associação. Gosto muito desse curso, aprendo muito e repasso muito do que aprendo nele. Toda a temática dos cursos e a própria militância no Sinpro me interessam. Já me interessava na ativa. Agora, também. O curso é muito bom porque fico atualizada com o que está acontecendo. Eu levo todos os periódicos produzidos pelo Sinpro para essas pessoas lerem”.



ROLLEMBERG NÃO PAGA PECÚNIA DA LICENÇA-PRÊMIO

DESDE O INÍCIO DO ANO, O GOVERNO ROLLEMBERG TENTA RETIRAR DIREITOS TRABALHISTAS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO. AGORA, O ATAQUE BUSCA SUPRIMIR DIREITOS DE QUEM CHEGA NA RETA FINAL DO MAGISTÉRIO

O Fórum em Defesa do Serviço Público, coordenado pela CUT Brasília, do

qual a diretoria colegiada do Sinpro faz parte, protocolou, no dia 2 de setembro, no Palácio do Buriti, uma carta solicitando

reunião urgente com o governador do Distrito Federal (DF), Rodrigo Rollemberg.

Os (as) sindicalistas querem negociar diretamente com ele vários direitos não pagos do funcionalismo, como, por exemplo, a licença-prêmio dos (as) professores (as) e orientadores (as) educacionais recém-aposentados (as) e em processo de aposentadoria. Um assessor da subsecretaria de Movimentos Sociais e Participação Popular do Governo do Distrito Federal (GDF) recebeu a carta.

“Para a direção da CUT Brasília a forma como o governo Rollemberg vem se comportando provoca uma preocupação muito grande, porque se recusa, de forma recorrente, a negociar com os (as) servidores (as). Exigimos a imediata reunião com o governador e não aceitaremos retrocesso”, avisou o coordenador do Fórum e secretário geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues.

Isabel Portuguese, coordenadora da Secretaria para Assuntos de Aposentados do Sinpro, informou que o Fórum fez pan-

fletagem na estação do Metrô da Rodoviária do Plano Piloto denunciando o não pagamento. “Muitos (as) aposentados (as) não receberam a licença-prêmio não gozada desde maio estão sofrendo com o calote do governador”, afirma.

No entendimento das lideranças sindicais participantes do Fórum, tem de haver, urgentemente, uma reunião com o governador Rollemberg porque até agora, em todos os encontros com a assessoria dele não se apontou para a solução do



CUT reuniu sindicatos que entregaram carta solicitando negociação

CONFIRA A LUTA DO SINPRO-DF PARA ASSEGURAR OS ACERTOS DOS CA

GDF não paga acordos financeiros e nem a pecúnia da licença-prêmio dos recém-aposentados

Professores recém-aposentados (as) começam a procurar e reclamam com Sinpro-DF o não pagamento

Ato unificado chamado pela CUT Brasília



Abertura do semestre legislativo na CLDF



ABRIL/MAIO - 2015

JUNHO - 2015

17 DE JULHO - 2015

23 DE JULHO - 2015

28 DE JULHO - 2015

3 DE AGOSTO - 2015

4 DE AGOSTO - 2015

5 DE AGOS

primordial a racionalização e redução dos gastos. Desse modo, a Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal - GOVERNANÇA-DF em sua 48ª Reunião (Item 15) ocorrida no dia 15 de julho de 2015, resolveu:

- 1) SUSPENDER ATÉ O FIM DO EXERCÍCIO DE 2015, a contar da Resolução Colegiada, o pagamento da Licença Prêmio por convertida em pecúnia, na forma do art. 142 da Lei Complementar de dezembro de 2011, que dispõe, in verbis: "Os períodos de adquiridos e não gozados são convertidos em pecúnia, quando aposentado";
- 2) Dar ciência da presente Resolução a todos os órgãos da Administração Autárquica e Fundacional, cujos servidores estejam submetidos ao regime de Licença Prêmio, nos termos da Lei Complementar Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
ANTÔNIO PAULO VOGEL
Secretário

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização

Por ofício, GDF suspende pagamento da pecúnia licença-prêmio

Diretoria Colegiada do Sinpro envia carta ao GDF solicitando reunião



Reunião com mais de 200 recém-aposentados (as) no Sinpro-DF



Visita à CLDF. Distritais favoráveis ao pagamento

NÃO GOZADA AOS RECÉM-APOSENTADOS

problema, e sim houve apenas apresentação de dados.

“O governador precisa estabelecer um processo de negociação concreto. Afinal, o que buscamos é solução para o problema. Não adianta o governo dizer, de um lado, que não tem como pagar, e, nós, de outro, dizendo que tem. Ele tem de pagar. O como pagar é o processo de negociação que irá dizer. É urgente essa reunião para que se dê fim a essa angústia dos (as) trabalhadores (as)”, ressaltou Rosilene Corrêa, coordenadora da Secretaria de Finanças do Sinpro.

Histórico – Desde maio deste ano, o governo Rollemberg não

cumprir o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Distrito Federal (Lei Complementar nº 840/2011), que garante aos (às) funcionários (as) públicos (as) o pagamento, em pecúnia, da licença-prêmio não gozada.

A lei define também que o pagamento deve ser acertado no

“ **Muitas(os) aposentadas(os) estão sofrendo com o calote do governador** ”

ato da aposentadoria ou quando o(a) servidor(a) se desligar da estrutura pública por outro motivo qualquer. Diz também que os acertos da aposentadoria deverão ser pagos em até 60 dias após esse desligamento.

O GDF também está em falta com os acertos da aposentadoria: pagou os direitos de alguns, mas, de outros, ainda não. “O governo Rollemberg diz que não tem dinheiro, mas não demonstra nas contas que não tem esses recursos financeiros”, informa a diretora.

Isabel comenta que o governo Rollemberg “só funciona na pressão”. E completa: “A luta pelo pagamento da pecúnia da licença-prêmio começou no

dia 3 de agosto, com uma reunião com mais de 200 professores (as) e orientadores (as) e educacionais recém-aposentados (as) em processo de aposentadoria, na sede do Sindicato, no Plano Piloto, na qual foi definido um calendário de atividades para garantir esses acertos”, informa.



Diretora Isabel Portuguese

AS) PROFESSORES(AS) E ORIENTADORES(AS) RECÉM-APOSENTADOS(AS) E EM PROCESSO DE APOSENTADORIA



GDF volta atrás e diz que pagará a pecúnia da licença-prêmio, mas não marca a data

13 DE AGOSTO - 2015

Diretoria envia carta ao governador Rollemberg pedindo negociação para resolver o pagamento da pecúnia da licença-prêmio

21 DE AGOSTO - 2015

Reunião na CUT Brasília com sindicatos das categorias afetadas pelo não pagamento da licença-prêmio.

Sinpro-DF Lança vídeo com denúncia sobre a questão

31 DE AGOSTO - 2015

Panfletagem na Rodoviária do Plano Piloto



1º DE SETEMBRO - 2015

2 DE SETEMBRO - 2015



Ato público na Praça do Buriti

Reunião na CUT Brasília para definir a luta das categorias afetadas pela atitude do GDF



Ato público com todos os sindicatos



Ato no CEF 02 da Estrutural

9 DE SETEMBRO - 2015

10 DE SETEMBRO - 2015

PROJETOS AINDA AMEAÇAM PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Todo cuidado é pouco. Os Projetos de Lei Complementar (PLCs) n°s 19, 20 e 21 - que mexem, respectivamente, no regime de previdência do funcionalismo, na aposentadoria para os que exercem atividades sob condições especiais e na aposentadoria para portadores de deficiência - continuam tramitando na Câmara Legislativa do DF (CLDF).

Na verdade, os PLCs - de autoria do governo Rollemberg - retiram direitos do funcionalismo distrital, prejudicam a aposentadoria e alteram o controle dos recursos previdenciários dos(as) servidores(as) em favor do GDF.

“Esses projetos são uma afronta aos trabalhadores, um roubo de direitos. Trata-se de uma ação totalmente neoliberal que quer melhorar as contas do

governo à custa da classe trabalhadora. A CUT não aceita retirada de direitos e vai lutar para engavetar esses PLCs”, avisa o presidente da CUT Brasília, Rodrigo Britto.

O projeto que mais chama a atenção é o de número 19. A proposta institui o regime de previdência complementar, alterando aposentadorias e pensões para o funcionalismo público. O mesmo projeto propõe alterações no Regime Próprio de Previdência Social, na lei do Instituto Previdenciário do Distrito Federal (Iprev).

Estudo realizado pela liderança do Partido dos Trabalhadores na CLDF constatou que o projeto do governo, no caso da lei do Iprev, busca autorização para o Executivo fixar contribuição patronal para o Instituto sem passar pela Câmara Legislativa;

alteração da paridade no Conselho (o governo quer ter nove conselheiros e apenas cinco dos(as) trabalhadores(as); atualmente são sete a sete); e instituição de uma taxa de administração pública.

A diretora de Formação Sindical do Sinpro e representante do Sindicato no Conselho Administrativo do Iprev, Nilza Cristina, explicou que é função do Iprev gerir os recursos e cuidar para que o servidor tenha uma aposentadoria tranquila. “Criando uma aposentadoria complementar, o GDF vai fazer com que os servidores não tenham o mesmo tratamento. As regras não deixam claro como ficará a aposentadoria, podem quebrar a paridade e diferenciar os trabalhadores. O projeto é ruim, na forma e no conteúdo”, afirmou.

Segundo um dos advogados do Sinpro, Victor Mendonça, o

PLC n° 19 é permeado por “pegadinhas”. Ele explica, por exemplo, que o benefício é de contribuição definida, ou seja, o(a) servidor(a) poupa uma quantia certa todo o mês, mas não sabe quanto vai receber no final. Isto significa que o risco é dos(as) trabalhadores(as), mas a decisão de investimento é do governo.

Com relatoria do deputado Chico Leite (PT), o PLC n° 19 continua em discussão na Comis-

são de Assuntos Sociais (CAS) da Câmara Legislativa, onde já recebeu 45 emendas de diversos parlamentares.

O projeto ainda deverá passar pelas Comissões de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) e de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir a plenário. Convém lembrar que um acordo entre os parlamentares pode levar o projeto direto à votação em plenário a qualquer momento.

PL DA MORDAÇA PROSSEGUE NA CÂMARA LEGISLATIVA

De autoria deputada distrital Sandra Faraj (Solidariedade), o Projeto de Lei n° 01/2015 – conhecido como PL da Mordaça – segue tramitando na Comissão de Educação, Saúde e Cultura - CESC da Câmara Legislativa (CLDF).

Em síntese, o PL propõe a institucionalização do patrulhamento ideológico de professores(as) como “picaretas” voltados ao proselitismo ideológico sem compromisso com o processo de educação, além de desconhecer o chão da escola.

Trata-se de uma nítida afronta à liberdade de ensinar e à liberdade de aprender, garantidas na Constituição Federal, uma vez que propõe censura prévia de conteúdos e coação da atividade docente.

O relator do PL da Mordaça na CESC, deputado Reginaldo Veras (PDT), já emitiu parecer contrá-

rio à aprovação do projeto. Por sua vez, o deputado Rafael Prudente (PMDB) apresentou voto em separado, com substitutivo – que já conta com adesão de vários outros deputados. Esse substitutivo difere muito pouco do PL de Sandra Faraj. Em outras palavras, é trocar seis por meia dúzia.

Caso o parecer de Reginaldo Veras seja rejeitado pela Comissão, automaticamente, o voto em separado e o substitutivo de Prudente serão aprovados.

Pelo trâmite normal na CLDF, o assunto ainda deverá ser debatido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De qualquer forma, a categoria precisa estar atenta e acompanhar a tramitação do PL da Mordaça. Assim como os projetos encaminhados pelo GDF, caso haja acordo, a matéria poderá ir direto a plenário.

APOSENTADORIA DOS(AS) SERVIDORES(AS)

A MUDANÇA APRESENTADA PELO GDF DESARTICULA AS CARREIRAS PÚBLICAS: SERVIDORES(AS) DE UMA MESMA CARREIRA TERÃO APOSENTADORIAS DISTINTAS.

CONTRATADOS ATÉ 2003



NA ATIVA

O(A) SERVIDOR(A) CONTRIBUI COM 11% SOBRE TODO O SALÁRIO

O GOVERNO CONTRIBUI COM 22%



APOSENTADO(A)

APOSENTA COM REMUNERAÇÃO INTEGRAL (CONFORME COMPOSIÇÃO SALARIAL)

MANTÉM A PARIDADE: TUDO O QUE A CARREIRA ATIVA RECEBER DE BENEFÍCIOS O(A) APOSENTADO(A) RECEBE O TETO SALARIAL E O LIMITE DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

CONTRATADOS A PARTIR DE 2004



NA ATIVA

O(A) SERVIDOR(A) CONTRIBUI COM 11% SOBRE TODO O SALÁRIO

O GOVERNO CONTRIBUI COM 22%



APOSENTADO(A)

APOSENTA PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS 80 SALÁRIOS

CONTRATADOS PELO PROJETO APRESENTADO PELO GDF (PLC 19/2015)



NA ATIVA

O(A) SERVIDOR(A) CONTRIBUI COM 11% SOBRE ATÉ R\$ 4.660 DO SALÁRIO

O GOVERNO CONTRIBUI COM 22% SOBRE ATÉ R\$ 4.660 DO SALÁRIO

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: O(A) SERVIDOR(A) E O GOVERNO CONTRIBUEM COM ATÉ 8,5% SOBRE O SALÁRIO RESTANTE.



APOSENTADO(A)

APOSENTA COM O TETO DE ATÉ R\$ 4.660

SEM PARIDADE E SEM INTEGRALIDADE

PARA OS QUE CONTRIBUÍRAM COM A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, HAVERÁ UMA APOSENTADORIA COMPLEMENTAR CUJO VALOR É DEFINIDO PELO MERCADO FINANCEIRO

CALOTE DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PROSSEGUE PENALIZANDO SERVIDORES

GDF DESCUMPRE LEI E DESRESPEITA MAIS UM DIREITO DO TRABALHADOR

Desde maio passado, ou seja, há mais de 140 dias, os professores e professoras do ensino público do Distrito Federal estão levando calote por parte do GDF com o não reajuste do auxílio alimentação.

Instituído pela Lei nº 840/2011 e reforçado pela Lei nº 5.108/2013, que prevê o reajuste, o benefício visa a suprir uma necessidade básica do(a) trabalhador(a).

Ao não reajustá-lo, o governo Rollemberg, além de descumprir a lei, “sacrifica o conjunto da remuneração do(a) servidor(a) público(a) do Distrito Federal”, esclarece Cláudio Antunes, diretor do Sinpro.

O dirigente lembra que entre janeiro de 1995 e maio de 2006 não houve reajuste do auxílio-alimentação. “Foram 11

anos sem reajuste. Só em 1995 a inflação chegou a 22%. E não foi só isso. Durante esses anos, em diversas ocasiões, não recebemos nada, ou seja, não recebemos o auxílio. Mas naquela época não havia legislação que regulamentasse essa questão, diferente do momento em que vivemos, no qual há previsão legal de reajuste”.

Segundo estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre a cesta básica de alimentos do Distrito Federal, os professores e professoras tiveram o poder de compra derrubado em função da alta dos alimentos em relação a maio de 2014, quando houve o último reajuste do auxílio alimentação.

Para Cláudio Antunes, o grande problema é que “entre-

mos em um novo ciclo de desrespeito e descaso do governo em relação a seus servidores, mesmo agora havendo leis para tratar do auxílio alimentação”.

O fato é que o governo Rollemberg vem adotando medidas político-econômicas de choque de gestão, de cunho neoliberal, por meio das quais cria um clima de falta de recursos para que, na contrapartida, possa sugerir a criação de novos impostos e aumentar a arrecadação do GDF.

“O governo não pode penalizar ainda mais a categoria e demais servidores públicos do GDF com o não reajuste do auxílio. Esse clima de falta de recursos no fundo é para impedir que os (as) trabalhadores (as) avancem nas suas pautas”, destacou Cláudio.



Produtos	Qtd.	Mai de 2014 (R\$)	Mai de 2015 (R\$)	Varição
Carne	6 Kg	101,28	125,10	23,82
Leite	7,5L	15,00	15,68	0,68
Feijão	4,5Kg	22,73	22,73	0,00
Arroz	3Kg	7,44	8,40	0,96
Farinha	1,5Kg	4,67	4,46	-0,21
Batata	6Kg	23,58	20,70	-2,88
Tomate	9Kg	45,00	57,69	12,69
Pão	6Kg	52,86	55,08	2,22
Café	600g	9,18	8,74	-0,44
Banana	7,5Dz	24,83	26,55	1,72
Açúcar	3Kg	7,59	7,50	-0,09
Óleo	900ml	3,03	2,92	-0,11
Manteiga	750g	14,00	14,68	0,68
Total da Cesta (R\$)		331,19	370,23	39,04

Fonte: Pesquisa da Cesta Básica de Alimentos do Distrito Federal - DIEESE

Elaboração: DIEESE_Subseção SINPRO-DF

O QUE OS PROFESSORES E ORIENTADORES ESTÃO DEIXANDO DE COMPRAR



Período	Valor(R\$)	Varição entre os Períodos
Jan/95 a Abr/06	99,00	
Mai/06 a Dez/06	129,00	30,30%
Jan/07 a Nov/07	159,00	23,26%
Dez/07 a Jun/11	198,00	24,53%
Jul/11 a Abr/13	304,00	53,54%
Mai/13 a Abr/14	373,00	22,70%
A partir de Mai/14	394,50	5,76%

*A partir de Setembro/2010 sem desconto de contrapartida

Fonte: Sinpro - DF

Elaboração: DIEESE - Subseção SINPRO-DF

DIRETORIA DO SINPRO REJEITA TRANSFERÊNCIA DE ESCOLAS TÉCNICAS PARA SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DIRETORES, PROFESSORES, ESTUDANTES E REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL CRITICAM A PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DESSAS UNIDADES DE ENSINO. UM FILME REPETIDO E SEM POSSIBILIDADE DE UM FINAL FELIZ

A proposta de transferir escolas técnicas da Secretaria de Educação para a Secretaria de Ciência e Tecnologia tem sido duramente criticada pela comunidade escolar e é rejeitada pelo Sinpro e seus filiados. Manobra orquestrada pelo GDF, a mudança na competência da administração dessas escolas públicas traria problemas administrativos para professores(as), orientadores(as) e prejuízo pedagógico para os estudantes.

Esta manobra de transferência de secretaria já ocorreu no governo Arruda e trouxe vários problemas. Segundo o diretor do Sinpro Fernando Reis, ao sair da Secretaria de Educação de forma autoritária, vertical e compulsória, exemplo de 2007, percebemos a ruptura de vários

projetos pedagógicos exitosos; reformas que estavam planejadas não foram realizadas; reaparelhamentos não ocorreram, além da interrupção e subtração de direitos dos profissionais da categoria.

“A concepção do governo sobre a educação profissional está bem distante do que defendemos. Para nós, o mais importante é a formação integral desse cidadão, que garante como ele se vê e como altera o mundo do trabalho. Não aceitamos esse olhar mercantil”, exortou Fernando Reis.

Outro grave problema apontado pelo diretor é a possibilidade de um isolamento dessas seis unidades de ensino, ainda mais num momento em que o Plano Distrital de Educação foi aprovado. A Meta 11, inclusive, determina triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade

da oferta em, pelo menos, 75% da expansão na rede pública.

Audiência pública

No dia 24 de junho o Sinpro, professores(as), orientadores(as) e estudantes participaram de uma audiência pública proposta pelo deputado distrital Reginaldo Veras para debater o futuro das escolas técnicas. Durante as intervenções do distrital, diretores e professores que atuam nas escolas técnicas do DF criticaram a proposta do governo.

Para o professor Tadeu, da Escola Técnica de Ceilândia, “o governo Rollemberg, assim como o governo Arruda, tenta desmontar a educação profissional reduzindo-a a pacotes de fast food. Vamos resistir e isso será levado ao extremo de forma intransigente na defesa da educação profissional”.

Fernando Reis afirma que outra grande preocupação da categoria

é quanto à garantia e manutenção dos direitos previstos no Plano de Carreira. “Hoje temos uma organização de trabalho na rede que nos dá uma série de direitos, que não temos a certeza de que seriam assegurados no âmbito de outra pasta”. Entre eles destacam-se a lotação e exercício nessas unidades, remanejamento, distribuição de carga horária, redução de carga, coordenação pedagógica, afastamento remunerado para estudos, calendário escolar, licenças e a aposentadoria especial.

Debate nas escolas

Os estudantes do Centro de Ensino Médio Integrado do Gama (CEMI), juntamente com professores e servidores, realizaram uma assembleia estudantil representativa no dia 06 de julho para debater a possível mudança de secretarias. O Sinpro também participou da mesa e novamente elencou todas

as preocupações a respeito desse processo. Todas as intervenções e questionamentos dos estudantes davam conta do receio da ruptura de projetos desenvolvidos pela escola, atendimento integral e metodologia de estudo, que hoje são referência de sucesso no DF e no Brasil.

A coordenadora Francisca Mendes acredita que a transferência do CEMI e demais escolas técnicas representa uma ameaça à implantação do projeto político pedagógico da escola. “Para o CEMI esse processo seria ainda mais prejudicial em razão da escola oferecer o ensino médio regular, que já possui toda uma estrutura organizacional vinculada à Secretaria de Educação, ponto que garante aos alunos e profissionais seus direitos em relação ao calendário escolar, recesso, férias, alimentação, livro didático, dentre outros”.



Rosilene Corrêa

Diretora de Finanças do Sinpro

Em defesa de mais direitos, liberdade e democracia

A democracia brasileira, em termos históricos, é ainda muito jovem, mas deve ser respeitada e garantida a todo custo. Ela já avançou bastante, especialmente nos últimos anos, em termos de legislação trabalhista, direitos sociais e humanos, entre outras questões, que levaram a sociedade a um patamar mais elevado. Vale lembrar que esses pontos são conquistas, isto é, não nos foram concedidos simplesmente; não são benesses. São fruto, sim, de muita luta e mobilização ao longo do tempo. Por isso mesmo, democracia e direitos se tornaram pontos

indissociáveis. E só nessa condição de indissociabilidade é que conseguiremos prosseguir, resolver os problemas pendentes e avançar ainda mais nas nossas conquistas. Mas vivemos um momento delicado da nossa história, em que forças conservadoras e reacionárias tentam de todo modo desconstruir a pauta da classe trabalhadora, retirando direitos. Os ataques vêm a todo o momento e de todos os lados. Não é possível, por exemplo, aceitar que o Congresso Nacional imponha medidas que prejudiquem a classe trabalhadora. Da mesma forma,

em nível local, não podemos aceitar com passividade a forma como o Governo do Distrito Federal conduz sua relação com a categoria e com a comunidade escolar. A Câmara Legislativa do DF, por sua vez, tem dado sequência a projetos nocivos aos servidores em geral – como o que altera as regras previdenciárias – e aos docentes em particular, a exemplo do PL da Mordaça. O momento exige nosso enfrentamento – indo às ruas, protestando, realizando mobilizações. A chave desse processo é a união dos(as) trabalhadores(as), que não permitirá nenhum retrocesso.

Com a nossa unidade, sairemos vitoriosos como trabalhadores(as), e o país avançará como Nação. Por isso mesmo, o Sinpro – juntamente com a CUT – está mobilizando os trabalhadores, em todos os setores da sociedade, e mostrando a importância da total unidade da classe trabalhadora nesse momento conjuntural. É preciso, enfim, defender a democracia, a liberdade, a manutenção dos direitos conquistados e deixar claro que não aceitaremos nenhum retrocesso nas conquistas duramente conquistadas.

RESOLUÇÃO GARANTE USO DE NOME SOCIAL NAS ESCOLAS

TEXTO DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS LGBT ESTÁ VALENDO DESDE MARÇO PASSADO

Transexuais e travestis poderão exigir o uso do nome social em estabelecimentos e redes de ensino de todo o País. É o que garante a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e à Promoção dos Direitos LGBT (CNCND/LGBT), publicada no Diário Oficial da União (DOU) em março passado. O conselho é um órgão da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República e sua resolução tem força de lei.

Por ela, as instituições devem registrar o nome social informado pela pessoa e todos devem ser chamados oralmente pelo nome escolhido. Cabe destacar que estudantes menores de 18 anos podem utilizar o nome social sem ter de apresentar autorização de seus responsáveis. Eles também podem usar banheiros, vestiários e áreas do tipo de acordo com a identidade de gênero de cada um.

A decisão também determina que o campo “nome social” deve ser inserido nos formulários e

sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Para o secretário de direitos humanos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Zezinho Prado, este foi um grande passo para que as pessoas não se sintam excluídas e espera que as escolas cumpram o seu papel educador.

Segundo Zezinho, “a educação necessariamente passa por uma escola libertadora onde todos se sintam participantes. É impossível termos qualquer tipo de escola libertadora se eventualmente parte dessa população estiver excluída”. Na avaliação de Zezinho, ainda temos uma escola homofóbica, que exclui, mas este é um dos espaços mais privilegiados para se realizar o debate e superar a homofobia no país.

Na opinião do dirigente, os sindicatos devem se envolver mais no combate à discriminação nas escolas, uma vez que os sistemas de educação muitas vezes matri-

culam para justificar a inclusão, mas não integram ou não se esforçam para que essas pessoas permaneçam na escola.

No Distrito Federal - A Portaria nº 13 da Secretaria de Educação, publicada no Diário Oficial do DF, em 10 de fevereiro de 2010, já determinava a inclusão do nome social de travestis, transexuais nos registros escolares de toda a rede pública do DF. Segundo o texto, o estudante maior de 18 anos pode manifestar o desejo de incluir o nome pelo qual é conhecido no ato da matrícula ou em qualquer momento no decorrer do ano letivo.

O Sinpro considerou a iniciativa bastante positiva: “Foi mais um passo na busca por ambiente escolar livre da homofobia e de respeito às diferenças”, disseram os dirigentes do Sindicato.

O artigo 2º da portaria distrital também orienta a todas as instituições educacionais a desenvolver projetos de combate à homofobia, visando ao respeito aos

direitos humanos e à inclusão integral dos cidadãos.

Na contramão - Uma frente parlamentar com apoio de aproximadamente 80 deputados federais, encabeçada por Eros Biondini (PTB-MG), apresentou, também em março passado, um projeto de decreto legislativo com o objetivo de derrubar a Resolução nº 12 do CNCND/LGBT.

Atualmente, existem 30 projetos de decreto legislativo tramitando na Câmara dos Deputados. Quatro tratam diretamente sobre essa temática. Além do projeto apresentado por Biondini, existem propostas semelhantes dos deputados Ezequiel Teixeira (SD-RJ), Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP).

Ao mesmo tempo, esta turma de parlamentares aposta em outro projeto que também inviabiliza, na prática, a liberação do uso do “nome social” nas escolas, o chamado Estatuto da

Família. O texto, que tramita em comissão especial, reconhece como família apenas a união entre um homem e uma mulher e estabelece a diferenciação das pessoas por gênero.

Mas para a diretoria colegiada do Sinpro, o combate à discriminação e à violência contra os homossexuais é um passo imprescindível para a construção de um país mais tolerante e igualitário. Para isso é preciso que gestores, professores, funcionários e alunos se empenhem ativamente para fazer da escola um local onde todos se respeitem e se sintam seguros, independentemente da identidade ou orientação sexual de cada um.



INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O CICLO DE DEBATES DAS DIVERSIDADES ÉTNICO-RACIAIS

OS(AS) PROFESSORES(AS) INTERESSADOS DEVEM PROCURAR O SINPRO; AS ATIVIDADES OCORREM NOS HORÁRIOS DE COORDENAÇÃO



Estão abertas inscrições para o Ciclo de Debates das Diversidades Étnico-Raciais. O projeto visa aproveitar o horário de coordenação de professores(as) e pedagogos(as)-orien-

tadores(as) educacionais, para incremento da formação continuada dos(as) mesmo(as). O objetivo do Sindicato é, por meio de discussões bem pontuais, municiar o(a) professor(a) didaticamente para que ele(a) possa trabalhar esses temas na sala de aula.

“O plano é descentralizar o debate, por isso levamos a temática para a realidade de cada escola. É importantíssimo que a escola trabalhe questões relacionadas com a homofobia e o preconceito”, diz Wiviane Farkas diretora para assuntos de Raça e

Sexualidade do Sinpro.

O debate dura cerca de 2 horas. Os(as) interessados(as) devem entrar em contato com a Secretaria de Assuntos de Raça e Sexualidade, no telefone 3343-4206 (a/c Shirlei) ou pelo e-mail shirlei@sinprodf.org.br .



10º Congresso de Trabalhadores na Educação Paulo Freire

DEMOCRACIA
EDUCAÇÃO

Mais de 700 delegados (as) do 10º Congresso de Trabalhadores na Educação Paulo Freire (10CTE) decidiram que, diante do cenário de ataques a direitos trabalhistas do funcionalismo público, a categoria docente deverá aprofundar a luta que sempre realizou em sua história contra governos que tentaram

reduzir e retirar direitos trabalhistas, precarizar as condições de trabalho na rede pública de ensino, mercantilizar a educação pública e gratuita, instituir a meritocracia e adotar o empreendedorismo na profissão do magistério público.

Com o tema “Educação, direitos e democracia”, o 10CTE ocorreu entre os dias 27 e 30 de agosto, no Centro de Eventos

da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), local em que delegados (as) aprovaram o Plano de Lutas da tese-guia. Essa tese reflete o entendimento da categoria de que é preciso uma resistência fortalecida do professorado para reverter ações dos Poderes Legislativo e Executivo federal e local que ressuscitam projetos neoliberais e o choque de gestão.

Dentre as 51 ações do Plano de Lutas, destacam-se iniciativas para a reversão das Medidas Provisórias (MP) nº 664 e 665, a retirada do Projeto de Lei nº 4.330/2004, contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 352/2014 (que limita a participação das mulheres na política, mantém o financiamento privado e consagra o poder econômico nas eleições) e um combate veemente contra a PEC nº 171/1993, que reduziu a

maioridade penal no Brasil para os 16 anos.

Além da aprovação do Plano de Lutas, delegados (as) aprovaram outras diretrizes nos oito Grupos de Trabalho (GTs), todos com temáticas relacionadas à execução do magistério público. Durante o 10CTE, a diretoria colegiada do Sinpro-DF lançou o Observatório do Plano Distrital de Educação e o caderno Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Educação – No campo da educação, das 32 iniciativas apontadas pelo Plano de Lutas para atuação da categoria, destaque para ações que visem à implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), com ressalva para as regulações do Sistema Nacional de Educação, do Custo Aluno Qualidade e da Lei de Responsabilidade Educacional



10º CTE AÇÕES

MAIS DE 700 PROFESSORES



(LRF); bem como para a implantação e monitoramento de forma democrática das metas do Plano Distrital de Educação (PDE).

Dentre outras pautas importantes para a categoria, o Plano de Lutas prevê, por exemplo, a defesa da isonomia prevista na Meta 17 do PDE, garantia do plano de saúde, realização de concurso público e nomeação dos aprovados para cumprir as metas do PDE e a duplicação do atual percentual do Produto





E APROVA PLANO DE LUTAS E CONTRA INICIATIVAS NEOLIBERAIS

DELEGADAS E PROFESSORAS PARTICIPARAM COMO DELEGADOS(AS) E APROVARAM DIRETRIZES CONTRA O CHOQUE DE GESTÃO



Interno Bruto (PIB) do DF investido na educação pública; e pela não contabilização dos recursos do DF vinculados à educação na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Também aprovou a luta pela manutenção de mesa de negociação na rede de ensino para tratar das pautas permanentes da categoria e da educação em geral e contra a decisão do governador Rodrigo Rollemberg, anunciada no Ofício 1.321/15,

que instituiu o calote da pecúnia da licença-prêmio aos (às) servidores (as) aposentados (as).

Prevê, por exemplo, iniciativas contra o calote no reajuste do auxílio alimentação e em defesa das conquistas da classe trabalhadora no DF consolidadas na Lei Complementar nº 840/2011, devendo, no entanto, serem modificados os pontos controversos da Lei e atitudes contra o PL nº 01/2015, da deputada Sandra Faraj, que instituiu a

censura aos (às) educadores (as) nas escolas públicas do DF.

Distrito Federal – Quanto às ações no DF, o Plano de Lutas delibera pelo estreitamento dos laços com movimentos sociais pela garantia da democracia e por melhores condições de vida para a população da capital federal, bem como ação conjunta, com os demais servidores públicos do DF, de enfrentamento às políticas neo-

liberais do governo Rollemberg, lutando em defesa do patrimônio do GDF: BRB, CEB, CAESB e demais empresas públicas.

Nacional – No âmbito nacional, o Plano de Lutas prevê ações em favor do fortalecimento da Petrobras e do pré-sal como patrimônio nacionais, com ênfase no regime de partilha e na manutenção da estatal como operadora exclusiva da camada do pré-sal como garantia da

política de conteúdo nacional.

Defesa da continuidade do combate à corrupção, iniciado com a autonomia das ações da Polícia Federal e do Ministério Público e com sanção das Leis de Acesso à Informação e de punição de corrompidos e corruptores. Define que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) deverá promover ações que fortaleçam o projeto de Estado defendido pela classe.

MESAS APROXIMARAM DIVERSAS TEMÁTICAS DA LUTA DOCENTE



O 10º CTE trouxe experiências e debates de outros setores para o contexto da educação. Essas experiências têm estreita relação com a vida e com a luta da categoria pela democracia, pelos direitos da classe trabalhadora e pela educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

Na Mesa sobre Educação, Democracia e Direitos, Leonardo Boff, filósofo, professor universitário e escritor, mostrou a relação entre a luta dos (as) educadores (as) e a dos (as) defensores (as) do meio ambiente. Ele trouxe a encíclica sobre o meio ambiente lançada este ano pelo papa Francisco.

Boff revelou que a carta é inspirada em teólogos latino-americanos defensores dos pobres. “É a primeira vez que um papa aborda o tema da ecologia com o sentido integral, que vai além da questão ambiental, de forma tão completa”, disse. Ele se baseou nas diretrizes da Carta da Terra e alertou sobre o fim dos recursos naturais do planeta, como a água potável e outros, e a necessidade de mudança total de vida.

Na Mesa sobre Conjuntura Internacional, Nacional e Local, os palestrantes, Emir Sader e Gilney Viana, ambos professores

universitários, falaram sobre a crise política e econômica no início do governo Dilma. Gilney acredita que “vivemos uma crise nacional dentro de uma crise internacional e essas coisas se relacionam”.

Na Mesa sobre a Saúde do Trabalhador, Ana Magnólia Mendes, professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB), e Adriana Reis, procuradora Regional do Trabalho, falaram sobre o assédio moral e outros males dos (as) trabalhadores (as).

A avaliação e a meritocracia foram temas da terceira mesa do 10CTE, cujo palestrante, Luiz Carlos de Freitas, professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) mostrou como esses temas são instrumentos neoliberais para minar a resistência dos (as) trabalhadores (as) e facilitar a privatização de direitos sociais.

Na Mesa sobre Reforma Política, os palestrantes trouxeram a necessidade da defesa de uma reforma política abrangente. O tema foi debatido por Misa Boito, do Comitê Operativo Nacional da Campanha pela Constituinte; Carlos Moura, secretário executivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e Iago Campos, da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Outra Mesa, intituladas Pré-Sal e Financiamento da Educação, teve como palestrantes Milton Canuto, vice-presidente da CNTE; Flávio Tonelli, assessor técnico do DIAP; e Francisco José da Silva, doutor em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Eles aprofundaram o tema e trouxeram novidades sobre a temática, como, por exemplo, uma Emenda à Constituição que, praticamente, proíbe a União de reajustar o piso nacional dos professores. Trata-se da Emenda à Constituição





(EC) 172/2012, cuja votação foi prorrogada para a próxima semana.

Na Mesa sobre Diversidade, Direitos Humanos e Gênero, a palestrante Elisa Lucinda, atriz e poetisa, fez um talk-show. Essa temática também teve como palestrantes Roberta Fernandes de Souza, psicóloga, presidenta e coordenadora da ASTRAL, Goiás; coordenadora do Projeto Casulo. Durante esta mesa, foi lançado o caderno *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena - Discutindo e Implementando Políticas de Igualdades Racial e Social*. (Confira matéria na página 23 desta edição).

Na Mesa intitulada América Latina, a palestrante Marilane Teixeira, economista e pesquisadora do CESIT/Unicamp trouxe uma análise de conjuntura sobre a América Latina juntamente com Igor Fuser, professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), e Carlos Alberto de Almeida (Beto Almeida), jornalista diretor da Telesur e presidente da TV Cidade Livre. Eles alertaram para a necessidade de um olhar mais amplo que ultrapasse o aqui e agora. “É preciso ver o que está ocorrendo em escala global, a situação de miséria e de opressão, perda de direitos, piora das condições de vida nos últimos 15 anos. É preciso comparar indicadores. A América Latina vai na contramão disso

tudo e os governos são eleitos e reeleitos. Não é uma casualidade, é um ciclo que tem consistência”.

Uma das Mesas que mais prendeu a atenção dos (as) professores (as) foi a sobre Mídia e Comunicação. Paulo Henrique Amorim, âncora da Rede Record, ex-correspondente da Revista Veja e da Rede Globo, nos Estados Unidos, e de outros periódicos e ganhador do Prêmio Esso, bem como Altamiro Borges (Miro Borges), jornalista, editor da revista Debate Sindical e do site Vermelho fizeram uma breve e profunda crítica à mídia brasileira.

Na Mesa sobre Debate Sindical Antônio de Lisboa Amâncio Valle, secretário de Relações Internacionais da CUT, membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e secretário de Finanças da CNTE, bem como Antônio Augusto de Queiroz, diretor de Documentação do DIAP.

Nessa palestra, Lisboa e Toninho do Diap falam sobre a estrutura sindical no Brasil e no mundo e também sobre a importância da organização dos trabalhadores no Brasil e no mundo, os projetos de lei e a ofensiva dos representantes do grande capital para retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora no Brasil e no mundo.



DIRETORIA DO SINPRO LANÇA CADERNO DE ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

DOCUMENTO TRAZ, DE FORMA PEDAGÓGICA, UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003, QUE INSISTIU O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E DA LEI Nº 11.645/2008, QUE TORNA OBRIGATÓRIO O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA NAS ESCOLAS

As diretoras da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade, Wiviane Farkas, Delzair Amancio e Jucimeire Silva, juntamente com a coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), Cláudia Santiago, lançaram o caderno de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – Discutindo e implementando políticas de igualdades racial e social. O lançamento ocorreu no segundo dia do 10º Congresso de Trabalhadores na Educação, realizado entre 27 e 30 de agosto, no Auditório da CNTC, em Brasília.

Na ocasião, a diretoria colegiada do Sinpro homenageou o operário e comunicador Vito Giannotti, coordenador do Núcleo Piratininga de Comu-

nicação (NPC), que faleceu no dia 24 de julho deste ano. O caderno foi o último trabalho literário-pedagógico produzido por Giannotti. Desde novembro de 2014, Giannotti e sua companheira e sócia, Cláudia Santiago – que esteve presente no auditório da CNTC para lançamento do caderno – mantiveram uma intensa interlocução com o Sinpro para elaborar o texto.

“O caderno foi pensado pela equipe da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade, juntamente com a diretoria colegiada do Sindicato dos Professores, a partir dos Ciclos de Debates, realizados nas escolas, os quais têm o objetivo de descentralizar a formação do professor e aproveitar o momento da coordenação para aprofundar

seus conhecimentos. Ele foi elaborado conjuntamente com a equipe do Núcleo Piratininga de Comunicação, especificamente, Vito Giannotti, Cláudia Santiago e Sheila Jacob”, explica Wiviane Farkas, coordenadora da Secretaria.

Com isso, a diretoria do sindicato observou que um dos grandes desafios seria o de elaborar um instrumento que ajudasse professores (as) e orientadores (as) a implantar, de forma pedagógica, nas salas de aula, as exigências da Lei nº 10.639/2003, que insistiu o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e da Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da cultura indígena.

Diferencial – O caderno visa trazer essa releitura das leis e também do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 13.005/2004, que institui o Plano Nacional da Educação (PNE) e se discute também os direitos da população indígena, a mulher negra e as desigualdades acumuladas.

O caderno tem um diferencial: ele vem com um CD-Rom, que traz todo o arquivo do caderno que pode ser usado em sala de aula.

“É resultado de muitas provocações feitas, principalmente, por professores (as) pedagogos (as) orientadores (as), estudantes, pais, que participaram dos Ciclos de Debates. Esperamos que o caderno contribua para diminuir o preconceito, a desigualdade e as demais intolerâncias e, ao mesmo tempo, sirva para garantir o respeito às diferenças étnicas e raciais”, afirma Delzair Amâncio.

Jucimeire Silva, também diretora da Secretaria para

Assuntos de Raça e Sexualidade, diz que, com esse documento, a diretoria do Sinpro procurou sensibilizar para uma realidade posta: a invisibilidade étnico-racial. “Procuramos fomentar nas escolas esse debate de modo que possamos ter uma sistema-

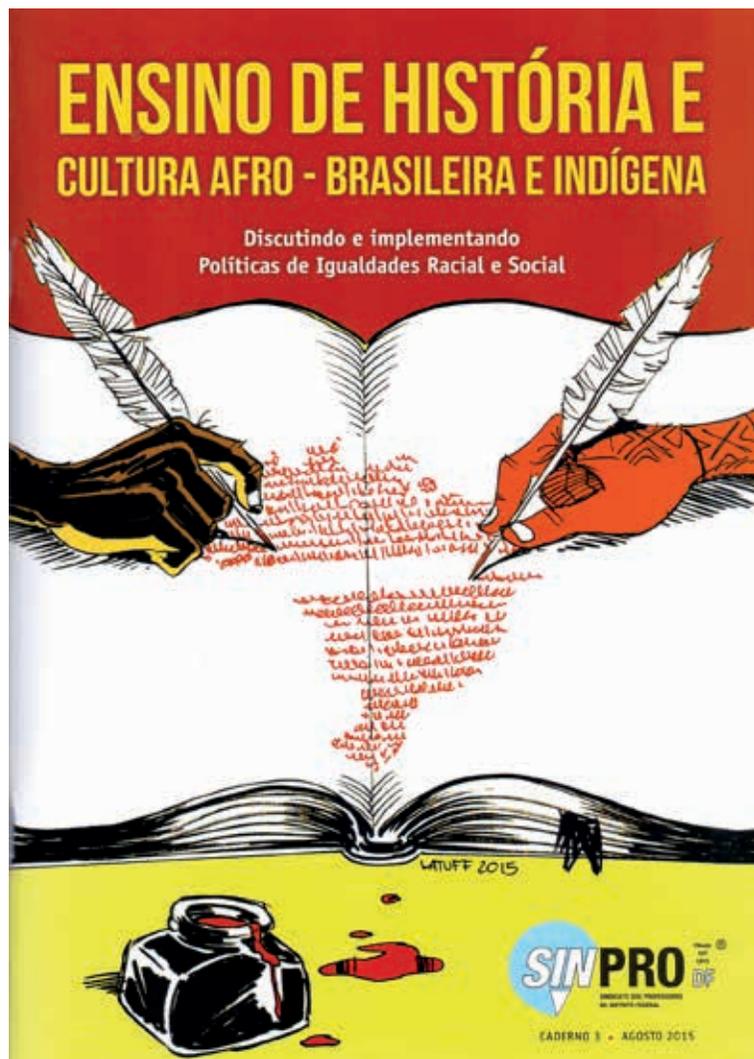
tização do ensino de história da África e indígena, bem como o reconhecimento das valiosas contribuições de negros e negras e indígenas, como sujeitos protagonistas da nossa formação histórico-cultural, tanto quanto o povo branco”, informa.

HOMENAGEM

A diretoria do Sinpro escolheu o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) porque viram os cadernos e cartilhas que o NPC produz para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), especializadas em determinados assuntos. Cláudia Santiago (foto), coordenadora do NPC que esteve presente no lançamento do caderno, conta que esse foi o último trabalho literário-pedagógico de Vito Giannotti. Cláudia Santiago considera o caderno uma das mais difíceis e mais bem elaboradas obras pedagógicas produzidas pelo NPC. “A produção foi extremamente trabalhosa. Esse caderno começou a ser feito em novembro de 2014 e levou quase um ano para ser feito. Acho que o Sinpro terá problemas com os leitores, pois publicamos uma pequena imagem no site e já choveu encomendas do caderno”, adianta.

VITO GIANNOTTI

Vito Giannotti (foto) faleceu na madrugada de 24 de julho. A morte do sindicalista e operário de nacionalidade italiana, mas brasileiro de coração, é considerada, unanimemente, por todos (as) os (as) sindicalistas do campo da esquerda, uma perda imensurável para o movimento sindical e popular do Brasil. Alegre, irreverente e indignado com as injustiças do capitalismo, ele estava nas lutas que promoveram a redemocratização do país. Na área da comunicação sindical e popular ele se tornou uma referência pela batalha que promoveu em favor da comunicação dos trabalhadores. Giannotti realizou palestras e cursos em quase todos os sindicatos e entidades do do Brasil, ajudando seus militantes a pensar, a elaborar e a produzir a comunicação dos trabalhadores e do movimento popular.



PROJETO DE LEI TENTA PROIBIR MANIFESTAÇÕES NO EIXO MONUMENTAL

MANOBRA TEM POR OBJETIVO IMPEDIR OS(AS) TRABALHADORES(AS) DE REALIZAREM ATOS E DE EXIGIR SEUS DIREITOS

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, no dia 30 de junho, um projeto de lei que estabelece critérios e horários para manifestações ao longo do Eixo Monumental. De autoria do deputado distrital Cristiano Araújo (PTB), o PL nº 572/2011 prevê, entre outras normas, que manifestações sejam comunicadas com um mínimo de 48h à Secretaria de Segurança Pública do DF e que aconteçam fora dos horários do rush (das 7h às 9h e das 17h30 às 19h30). O projeto ainda prevê que o poder público possa cobrar taxas para custear despesas com a limpeza e conservação dos locais de manifestação.

A manobra já foi utilizada pelos ex-governadores Joaquim Roriz e Arruda com o mesmo objetivo: impedir que os(as) trabalhadores(as) realizem manifestações e exijam seus direitos, o que está presente na Constituição Federal.

Artimanhas semelhantes já foram utilizadas na época da ditadura militar, época em que o governo monitorava as mani-

festação.

A medida foi alvo de protesto da CUT no dia 28 de julho. Trabalhadores e trabalhadoras

popular para não tratar as causas econômicas, sociais e políticas das manifestações, que levam a população a protestar em espa-

da CUT Brasília.

Roni Barbosa, da Executiva Nacional da CUT, comparou o governo do Distrito Federal com o paranaense, estado de origem do dirigente. “No Paraná, o Beto Richa (PSDB) tem atuado da mesma forma. Tem tentado destruir o direito dos trabalhadores e isso culminou na revolta dos professores, que foi duramente repreendida pelo governador. A Central Única dos Trabalhadores apoia a luta contra os mesmos mecanismos e o retrocesso promovido pelo [Rodrigo] Rollemberg”, explicou.

Mais uma vez a Diretoria do Sinpro repudia projetos de lei aprovados pela CLDF que não colaboram para construção da democracia e impedem que cidadãos do Distrito Federal e do país de exigirem seus direitos. É importante dizer que em todas as grandes manifestações os órgãos competentes são comunicados. “A intenção do projeto é dificultar que manifestações ocorram de forma espontânea”, diz o diretor do Sinpro, Cláudio Antunes.



Deputados definem horário para atos públicos no Eixo Monumental e o povo fica sem direito à livre expressão

festações e estipulava os locais onde os(as) trabalhadores(as) poderiam se reunir; fato totalmente contrário à democracia, que prevê a liberdade de mani-

foram para a frente do Palácio do Buriti pedir que o projeto seja revogado. “Os setores conservadores procuram criminalizar e reprimir o movimento sindical e

ços públicos. Os trabalhadores não se intimidarão diante dessas medidas que barram o direito constitucional de manifestação”, disse Rodrigo Britto, presidente

A formação e a organização na luta da classe trabalhadora

Poderia aqui listar uma série de motivos para justificar a necessidade da Formação Política no nosso dia a dia de militância, mas, talvez, isso não nos levaria ao desejo de participar ativamente dos espaços de formação propostos à categoria. Nesses últimos dois anos, tenho refletido muito sobre esse assunto e entendo que o debate de ideias é tão fundamental para a luta dos(as) trabalhadores(as) quanto as armas que temos, ou seja, as instâncias de mobilização: greve, atos, manifestações, seminários, congressos – as quais são também espaços de formação. Nessa lógica, formamo-nos para

ampliar nossa capacidade de atuação política e não por mera aquisição de conhecimentos pessoais. O ato de estudar desempenha um papel essencial nesta caminhada, mas não é mais importante do que a ação concreta na organização das lutas. Talvez o ideal seria que ambos se tornassem um só, afinal, o saber se converte em poder: o poder de dizer e de agir, de tomar decisões, interferir, dirigir e opinar. Daí a importância de avaliarmos se o formato atual da formação de base tem cumprido o seu papel. Será que a metodologia que adotamos tem ampliado a nossa capacidade de atuar

conscientemente na hora de direcionar os rumos da nossa luta? Que a formação é essencial para o fortalecimento da luta sindical, não há dúvidas que sim, mas, será que o nosso semear tem sido o suficiente? A qualificação deve servir para proporcionar maior e melhor intervenção política na defesa dos nossos interesses. Para tanto, ela deve ser ousada, no sentido de repensar a forma de atuação e, principalmente, para unificar homens e mulheres na luta da classe trabalhadora, pois, independentemente do exercício da minha cidadania, o compromisso da luta é com

o trabalhador (a), e sempre avançando em direitos e cidadania. O desafio de qualquer organização sindical é vencer o corporativismo, deixar de ser míope e trabalhar na construção de outras pautas. Aquilo que não nos afeta hoje, pode nos afetar amanhã. É preciso ampliar a visão, fazer a leitura estratégica das disputas e ter a clareza de quem são os prováveis e potenciais aliados e adversários nesta caminhada. Posso dizer com a certeza de não errar que a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária exige de nós um olhar atento.

E segue a luta!



Fátima de Almeida Moraes

Diretora de Formação Sindical do Sinpro

SEXTA ETAPA DO REAJUSTE SALARIAL AMEAÇADA

RESULTADO DE MUITA LUTA DA CATEGORIA, ÚLTIMA PARCELA PODE ESTAR COMPROMETIDA. DIREITO DEVE SER PAGO EM OUTUBRO

A sexta e última etapa do reajuste previsto no plano de carreira (Lei nº 5.105/2013) deveria ser implantada na Folha de setembro e, efetivamente, paga em outubro deste ano.

Ocorre que o governador Rollemberg afirmou, no dia 15/9, que não vai pagar os reajustes salariais ao funcionalismo, alegando falta de recursos e os aumentos serão suspensos neste ano e passarão a valer apenas a partir de 2016.

Porém, o GDF ainda precisa encontrar uma solução jurídica, já que os reajustes estão previstos em leis aprovadas pela Câmara Legislativa. Essas leis foram questionadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e consideradas válidas pelo Conselho Especial do Tri-

bunal de Justiça do DF, com um placar de 17 a zero.

Apesar das lutas que certamente virão, o diretor do Sinpro Cláudio Antunes destaca pontos positivos. “Um ciclo importante de valorização da carreira magistério deveria se encerrar agora, tendo em vista que a remuneração da categoria foi fortalecida com a incorporação da dedicação exclusiva (TIDEM) ao vencimento, tendo como resultado mais segurança na aposentadoria de professores(as) e orientadores(as), por isso não aceitaremos”, disse.

Antunes destaca que a incorporação da TIDEM beneficiou cerca de 4 mil docentes com matrícula de 20 horas, que voltaram a receber metade do salário de 40 horas. “Para eles, o reajuste correspondeu a mais de 60%, uma justa correção reivindicada ao longo dos anos”.

O dirigente enfatiza que a implantação do plano de carreira, embora previsto para ocorrer em seis etapas, já em março de 2014 a categoria não tinha

“*A pauta hoje aponta a discussão da isonomia salarial com as carreiras de nível superior do DF*”

mais a obrigação de trabalhar exclusivamente na SEE, visto que a TIDEM já estava totalmente incorporada, permitindo que mais de mil professores(as), com outro vínculo empregatício, pudessem ter acesso ao salário integral de 40 horas.

Outro ponto importante durante esse processo foi a valori-

zação financeira que ocorreu nas gratificações de exercício (GAA, GAEE, GARZ, GADERL, entre outras). Essas gratificações quase dobraram de valor em função da incorporação da TIDEM. As gratificações, inclusive, ganharam novos conceitos, como a GARC, que passou ser chamada de GAPED e a ser paga a professores(as) que atuam em diversas outras atividades pedagógicas.

“Os desafios da categoria continuam tanto para garantir o pagamento desta sexta etapa quanto para intensificar a discussão da isonomia salarial com as carreiras de nível superior do GDF. Para alcançar essa média, toda construção feita no plano de carreira foi importante para esse próximo passo”, diz Cláudio.

O diretor Cleber Soares (*foto abaixo*) afirma que “o plano de carreira é fruto de uma política acer-

tada que construímos nos últimos anos, sobretudo a partir da Lei nº 4.075/2007, que garantiu, no período de 2007 a 2011, reajustes conforme o índice do Fundo Constitucional. Foi importante porque garantiu não só o reajuste acima da inflação, mas permitiu um ganho que valorizou o salário”.

“A Lei nº 5.105/2013”, diz Cleber, “manteve a lógica de ganhos acima da inflação, mas, por causa do julgamento no TJDF, perdemos a referência com o percentual de reajuste do Fundo Constitucional. Esses dois últimos planos de carreira têm garantido ganhos acima da inflação, fundamentais para caminharmos à isonomia. Mas precisamos acelerar o passo. Por isso precisamos estar unidos para definir os próximos passos, garantindo o pagamento desta última etapa e organizar a luta para novas conquistas”, afirma o diretor.

GOVERNOS FEDERAL E DISTRITAL PENALIZAM TRABALHADORES

AO LANÇAREM MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL, AMBOS PREJUDICAM TODO O FUNCIONALISMO E SUCATEIAM SERVIÇOS PÚBLICOS

Desde o início do ano o governo Rollemberg anuncia falta de recursos financeiros no Distrito Federal. Em setembro ele materializou as promessas e consolidou o choque de gestão, retirando direitos e suspendendo pagamentos.

“O governo Rollemberg

demonstra que faz a mesma opção de governos dos anos 1990 que é a de responsabilizar trabalhadores(as) por uma conta que não é nossa. No início do ano, ele insistiu em parcelar os salários e os vencimentos com o argumento de que estava tentando resolver a situação orçamentária do DF para evitar que a situação chegasse onde chegou”, afirma o diretor de Imprensa, Cleber Soares (*foto*).

Para Soares “é inadmissível que o governador venha mais uma vez trazer mais um prejuízo para a nossa categoria, propondo não pagamento do reajuste que foi resultado de uma luta histórica dos (as) professores (as), após 52 dias de greve, e foi reafirmado, este ano, por uma votação de 17 a zero no Tribunal de Justiça do DF”.

Governo federal – No âmbito federal, a equipe econômica apresentou um ajuste fiscal no dia 14 de setembro. “O governo federal ministrou remédio certo no paciente errado. Ele deveria investir, neste momento, na reforma tributária que visasse preservar os direitos e as garantias sociais dos menos favorecidos da classe trabalhadora e fazer com que, num momento de uma suposta crise, quem deve pagar são os detentores das grandes fortunas, do capital que a gente tem hoje manipulando a economia”, afirma o coordenador da Secretaria de Imprensa do Sinpro-DF, Cláudio Antunes.

Na avaliação da CUT Nacional, as medidas econômicas adotadas neste segundo mandato estão erradas, pois apontam para

a contração do mercado interno e fazem recair sobre os trabalhadores (as) os custos dos ajustes. “Se é preciso fazer ajustes, que se cobrem as dívidas bilionárias das empresas e bancos com a União, que se faça uma reforma tributária que cobre dos mais ricos, que se combata a evasão de divisas. Se é preciso dinamizar a economia, que se fortaleça o crédito produtivo, que se pensem alternativas para ampliar o mercado interno”, avaliou o presidente da CUT, Vagner Freitas.

“O golpe é contra os trabalhadores e as trabalhadoras. Não é apenas uma disputa político-partidária, é uma disputa de classe que visa diminuir os ganhos, a participação dos trabalhadores nos resultados econômicos do País”, concluiu Freitas.



LEITURA DA MÍDIA SOBRE ENEM CRIA *RANKING* ENTRE ESCOLAS

TODAVIA, O FORMATO DA AVALIAÇÃO ESTIMULA A PRÁTICA DA COMPARAÇÃO, ENSEJA A MERITOCRACIA, APROFUNDA A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO E MERCANTILIZA UM DIREITO SOCIAL E SERVIÇO GRATUITO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, no início de agosto, as notas e o desempenho de todas as escolas do país que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2014. Os dados dão conta de que 15.640 escolas participaram. Ao todo, 1.295.954 estudantes fizeram o exame e, entre os 20 colégios mais bem posicionados, cinco estão no Estado de São Paulo; quatro estão em Minas Gerais e Rio de Janeiro; três, no Ceará; dois, no Piauí; um em Mato Grosso do Sul; e um em Goiás. Nenhum estado das Regiões Norte e Sul aparece na lista do “Top 20”.

Nessa classificação, as escolas públicas do Distrito Federal só começam a aparecer a partir

“Essa classificação da mídia não identifica um dos principais problemas da escola pública: a falta de investimentos financeiros”

do 4.807º lugar. Esse número suscita vários tipos de análises. Se, por um lado, ele remete à leitura divulgada pela mídia, na qual o leitor é conduzido a acreditar que as escolas privadas são as melhores, por outro, permite não só analisarmos a

leitura divulgada na mídia, mas, ao mesmo tempo, visualizarmos a situação e os problemas das escolas públicas e gratuitas.

A leitura da mídia sobre o Enem repercute uma classificação hierárquica e estabelece um ranqueamento inconveniente e desnecessário, que constrange os docentes, gestores escolares, estudiosos da educação, estudantes e a comunidade escolar. “Essa leitura da mídia estimula a adoção da meritocracia e privilegia instituições privadas e realidades nada condizentes com a situação dos usuários e com a infraestrutura das escolas públicas”, analisa Cláudio Antunes (foto), diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Inconveniência – O diretor entende que, muito mais do que inconveniente, esse ranqueamento enseja precedentes para a privatização do direito humano à educação pública e gratuita. “Além do mais, essa classificação da mídia não identifica um dos principais problemas da escola pública: a falta de investimentos financeiros em modernos recursos pedagógicos e estruturais do campo da educação”, completa Cleber Soares, também diretor de Imprensa do Sinpro-DF.

Ele diz que “uma das grandes distorções provocadas por esse ranqueamento é que essa nota não considera o contexto social em que a escola está inserida, ou seja, essa classificação é perversa e mal-intencionada porque despreza um dos aspectos fundamentais que interferem na educação: o meio social, as condições estruturais, físicas e de trabalho da escola que são

características comuns de privações das comunidades que integram instituições, teoricamente, malsucedidas no Enem”.

Soares explica que a leitura que induz ao ranqueamento produz também distorções na

“Essa leitura da mídia estimula a adoção da meritocracia e privilegia instituições privadas”

compreensão do real problema da educação. “Fica parecendo que a execução com excelência da educação na escola pública e gratuita depende somente do desempenho dos (as) trabalhadores (as) que atuam nela, quando se sabe que não depende somente disso. Por isso, a nota que aparece no Enem não pode servir para ranquear e, pelo contrário, é preciso que, mais do que ranquear, o olhar da sociedade e, sobretudo, o do governo potencialize e gere no poder público a compreensão de que os investimentos na educação pública e gratuita são insuficientes”, argumenta Soares.

Desempenho – “Por que determinadas escolas não têm o mesmo desempenho que outras? Há vários motivos que explicam essa diferença e, certamente, vão desde a infraestrutura física até o investimento na estrutura curricular e na política

pedagógica, e todos os motivos passam pelo problema do financiamento público”, complementa Antunes.

Em entrevista à imprensa, o ministro da Educação, Renato Janine, informou que o objetivo dessa divulgação não é provocar um ranqueamento, por isso, pelo terceiro ano consecutivo, o governo federal não divulga a média geral do Enem por escola e apresenta apenas a média em cada uma das quatro provas objetivas e da prova de redação.

Impactos – Com isso, o governo busca diminuir o impacto da comparação direta entre as instituições. Além do governo, especialistas em educação apontam que o Enem é um elemento, mas não pode ser critério único para definir a qualidade de uma escola.

“Contudo, a forma como a mídia e alguns interessados na privatização desse direito social divulgam essa avaliação estimula a prática do

ranqueamento e da comparação, justifica a prática da meritocracia, aprofunda a precarização do sistema de educação pública e mercantiliza um serviço público essencial que deve ser gratuito, socialmente referenciado e de qualidade”, explica Soares.

Investimento – A falta de investimento financeiro dos governos na educação pública é um dos principais e mais gritantes motivos que definem essa diferença. Todavia, há outras razões que explicam as diferenças de notas verificadas no Enem.

“Uma delas é o fato de professores (as) da rede pública de ensino seguirem uma lógica pedagógica diferente da lógica adotada nas escolas da iniciativa privada. Na pública, priorizamos, além da formação acadêmica, a formação de um cidadão capaz de fazer a leitura de mundo”, finaliza Antunes.



RE(VI)VENDO ÊXODOS

RESGATA PATRIMÔNIO HISTÓRICO E GANHA PRÊMIO DO IPHAN

PROJETO INTERDISCIPLINAR DESENVOLVIDO NO CENTRO DE ENSINO SETOR LESTE, EM PARCERIA COM O CEAM, CEL E O CED NOVA BETÂNIA, TRAZ, PELA PRIMEIRA VEZ, O PRÊMIO RODRIGO DE MELO FRANCO DE ANDRADE PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL

Uma experiência inédita desenvolvida há mais de 15 anos em quatro escolas públicas do Distrito Federal recebeu, pela primeira vez, o Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em julho deste ano. O Projeto Re(vi)vido Êxodos foi premiado na Categoria II, que recompensa iniciativas que demonstrem compromisso e responsabilidade com a preservação

do patrimônio cultural.

Coordenador do projeto, o professor de história do Centro de Ensino Médio Setor Leste (CEM Setor Leste), Luiz Guilherme Batista, conta que a iniciativa nasceu em 2001, no CEM Setor Leste. “É resultado da criação de uma equipe de ciências humanas, que, na época, era coordenada pela professora Eva Caetano e mais sete docentes”. O projeto derivou de uma visita à exposição Êxodos, do fotógrafo Sebastião Salgado, em

exposição, em Brasília, em 2001.

“Levamos os(as) estudantes para vê-la e, a partir da leitura do olhar do fotógrafo, eles e elas foram estimulados (as) a pesquisar temas que Salgado fotografou em viagens pelo mundo. Após a pesquisa bibliográfica, montamos uma exposição. Os (as) estudantes descobriram coisas incríveis e olhares maravilhosos”, conta o professor. Uma das ações fundamentais é o olhar para a cultura regional.

Linha do Tempo – A partir de 2004 o projeto ganhou outra vertente: a Caminhada. “Não há nada de novo no ato de caminhar, mas essa caminhada é um mergulho didático-cultural profundo nas regiões do sertão, como dizia Guimarães Rosa, ‘no sertão dentro da gente’. Levo os (as) estudantes para fazer caminhadas históricas por trilhas, por lugares em que a gente pode fazer aulas todos os dias”, explica o docente.

A primeira Caminhada, em

2004, foi de Brazlândia a Planaltina. O percurso foi escolhido por ligar duas cidades satélites anteriores à construção do Distrito Federal. Nessa caminhada, adotaram o mote histórico, ecológico e ambiental como linha de pesquisa. Em 2005, percorreram 240 quilômetros, passando por trilhas em vários municípios, entre Pirenópolis e Brasília.

A partir de 2008, ano do Centenário de Guimarães Rosa, o projeto ganhou mais uma tendência: a abordagem literária. O



Professor Luiz Guilherme Batista e estudantes que integram o Projeto Re(vi)vido Êxodos. Participantes adquiriram maturidade e pensamento crítico durante as Caminhadas



A participação no projeto influenciou e modificou o plano de vida de todos (as) os (as) estudantes

grupo realizou uma Caminhada de 1.200 km a pé no Vale do Urucuia, em Minas Gerais, justamente para mergulhar no sertão que Guimarães Rosa descreveu.

Boa parte da pesquisa é feita a pé, tendo aula todo dia, por meio de encontros com a comunidade. De 2008 para cá, em virtude das vertentes introduzidas, o Êxodos passou a ser um projeto de educação patrimonial, com a ideia de patrimônio como uma coisa viva, que gera o sentimento de pertencimento.

Batista acredita que, com isso, eles e elas irão cuidar de “patrimônios que não são apenas o lindo projeto urbanístico de Lúcio Costa, e sim, também, uma ideia de cidade, de cidadão, um rio, um buriti, aquilo que os (as) estudantes entendem como patrimônio: eu pertencço a isso e isso me pertence. Esse é o mote do projeto”, comenta.

O prêmio – O professor de história conta que, este ano, depois de 15 anos de existência, o projeto foi inscrito no Prêmio Rodrigo de Melo Franco. O prêmio leva o nome e é uma homenagem ao criador do Iphan. Ele e o escritor Mário de Andrade criaram o Instituto em 1937. O Iphan é o órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico nacional material e imaterial, como os registros de acarajé, pão de queijo, Tambor

de Crioula, Bumba Meu Boi, entre muitos outros.

Não se pode tombar o pão de queijo, mas se pode fazer o registro do modo de fazer e do saber. Assim, os saberes tradicionais foram incorporados ao Projeto Re(vi)endo Êxodos e, por isso, o Iphan o reconheceu como merecedor do prêmio. Com isso, ele foi contemplado como melhor projeto de ação educativa patrimonial do país ao lado de outros projetos contemplados.

Patrocínio – “As viagens são financiadas por nossos esforços, nossa luta e nossa voz”, anuncia o professor. O Sinpro sempre colabora com algum tipo de apoio, como, por exemplo, a doação das camisetas ou dos cartazes. O Projeto Re(vi)endo Êxodos conta com a parceria do Clube dos Pioneiros, Exército Brasileiro, Polícia Militar Ambiental, Corpo de Bombeiros, que acompanham todas as expedições.

“Assim como não existe educação sem estudante, nem educação sem troca, assim é o projeto. Ele só existe porque existe uma equipe muito grande de pessoas que trabalham para viabilizá-lo, até mesmo ex-estudantes das escolas que o integram. Quatro escolas estão envolvidas: CEM Setor Leste, CEAM da Asa Norte, CEL do Lago e o Centro Educacional Nova Betânia de São Sebastião”,

informa.

Cerca de 80 estudantes participam de cada Caminhada. A equipe dispõe de um circo e um caminhão, no qual segue a comida que a própria equipe prepara. Dois caminhões e bar-

“ Assim como não existe educação sem estudante, nem educação sem troca, assim é o projeto ”

racas do Exército, bem como um pelotão acompanha a expedição, com médicos e pessoal de emer-

gência. Há uma infraestrutura gigante. O Exército disponibiliza toda a logística.

Estudantes adquirem pensamento crítico durante o projeto

O Projeto é uma disciplina intitulada Projetos Diversificados (PD), que se caracteriza pela interdisciplinaridade e é o tipo de proposta pedagógica desenvolvida na escola pública e gratuita ameaçada pela Lei da Mordaca e por outras leis em tramitação no Congresso Nacional porque, por meio da viagem pela história regional, os (as) estudantes adquirem amadurecimento e pensamento crítico. A experiência modifica o comportamento e marca a vida dos (as) estudantes para sempre.

É o caso de Maísa Fidelis, Sabrina e Luiz Henrique, que concluíram o ensino médio no Setor Leste e hoje participam como monitores. Maísa assegura que, por influência do Êxodos, está na universidade cursando Filosofia. “Tinha vontade de fazer filosofia, mas só tive essa certeza em 2010, quando participei do projeto. Aqui a gente aprende a ter um espírito de coletividade e o interesse conhecer pessoas novas”.

Luiz Henrique participou do projeto em 2010. Hoje ele estuda Direito e diz que a escolha teve influência do que ele viveu no Êxodos. “Hoje, na faculdade, vejo o tanto que o projeto me ajudou

a me desenvolver intelectualmente”. Sabrina está cursando Letras-Francês, mas, antes, se formou em Serviço Social. “O projeto trouxe e ainda traz experiências muito significativas, que marcam, porque a gente percebe, aos poucos, que adquirimos um olhar diferenciado”.

Estudantes do terceiro ano do Setor Leste participaram, este ano, da pesquisa de campo em Pirenópolis. Hugo Fernandes conta que tinha vontade de ser professor de história e, quando ingressou no projeto, consolidou essa vontade. “É uma rara oportunidade acadêmica, além de conhecermos pessoas, com suas culturas diferentes. É uma oportunidade sensacional”, afirma.

Douglas Lima foi influenciado pela irmã que participou do projeto. “É completamente diferente. É algo novo. A visão que eu tinha do ensino médio se ampliou muito. Na viagem a Pirenópolis foi tudo incrível”. Pedro Igor Viana teve o primeiro contato com o Êxodos no ano passado, mas somente este ano ingressou. “Quando o professor leu a Carta da Terra, ganhou a minha adesão. Aprendi a ouvir histórias e a contar histórias”, diz. Camila Silva conta além do conhecimento novo, “o que mais me chamou atenção foi o fato de saber e perceber as outras pessoas e dar bom dia”.



Equipe da coordenação já está na universidade, porém ainda mantém um pé na Caminhada

SINPRO CONVOCA PROFESSORES(CAS) A PARTICIPAREM DO VI CONCURSO DE REDAÇÃO

“DISCRIMINAÇÃO PRODUZ VIOLÊNCIA” É O TEMA PROPOSTO PELO SINDICATO NESTE ANO. INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 20 DE OUTUBRO

As inscrições para o VI Concurso de Redação e Desenho do Sinpro já estão abertas e a participação dos professores e professoras no processo de adesão dos estudantes nas inscrições é de grande importância. Este ano o Sindicato traz como tema, **Discriminação produz violência**. Para auxiliar os(as) estudantes, professores(as) podem trabalhar o tema em sala de aula, debatendo e analisando porque a discriminação é um dos grandes causadores da violência na sociedade e também no ambiente escolar.

A leitura de textos, livros, além de programas que abordem a questão da discriminação são bons subsídios para os estudantes na hora de escrever e desenhar sobre o tema proposto. “O professor tem grande importância no processo de pesquisa e entendimento do tema abordado, por isto, convocamos a todos e a todas a participarem deste projeto, que tem levado ao debate assuntos atuais e importantes”, analisa o coordenador da Secretaria de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes.

Para desenvolver o trabalho, os(as) estudantes poderão discorrer sobre alguns aspectos que têm sido ponto de discussão, exemplo de gênero, raça, etnia, classe social, deficiente, tipo

físico, *bullying*, idoso/jovem, geracional, dentre outros.

As inscrições tiveram início no dia 7 de agosto e estarão abertas a estudantes da educação infantil, de 4 a 5 anos de idade, até aos do ensino médio, e para os matriculados nas classes especiais.

As redações e os desenhos poderão ser encaminhados com fichas de identificação individual até o dia 2 de outubro na sede e nas subseções do Sinpro, ou deixá-las à disposição dos diretores do Sinpro, que irão buscá-las nas escolas até essa data. Os prêmios serão distribuídos para os(as) estudantes vencedores(as) e aos(as) professores(as) indicados(as) pelos participantes.

É importante salientar que os(as) professores(as) que fazem parte da comissão julgadora não podem ser indicados pelos estudantes. A comissão é formada por professores(as) e orientadores(as) educacionais da rede pública de ensino. Ela receberá os trabalhos sem identificação da escola, do nome do(a) estudante ou do(a) professor(a) que orientou o trabalho para garantir a transparência do processo.

Os(as) estudantes da educação infantil, do CEE e classes especiais e os matriculados do 1º ao 3º ano do ensino fundamental/EJA expressarão sua opinião por meio de desenho.

Já os estudantes do 4º ao 9º ano do ensino fundamental/EJA e do ensino médio/EJA discutirão a temática na forma de redação.

Os(as) alunos(as) devem fazer a inscrição via internet para

obter o código de participante, que será utilizado na folha de redação como único instrumento de identificação do trabalho.

O Concurso é destinado aos estudantes da rede pública, que poderão participar com apenas um trabalho cada. No entanto, os(as) professores(as) ou orientadores(as) educacionais pode-

rão trabalhar com vários estudantes. Desta forma o(a) mesmo(a) professor(a) poderá ser indicado(a) por vários estudantes, podendo ser premiado(a) mais de uma vez.

O Concurso de Redação faz parte da Campanha contra a Violência nas Escolas, desenvolvido pelo Sindicato desde 2008

e tem como objetivo levar os(as) alunos(as) da rede pública do DF a refletirem sobre causas, consequências e soluções para a violência no ambiente escolar, problema que afeta a sociedade como um todo.

Para saber mais, entre no site www.sinprodf.org.br ou ligue no telefone 3343.4229.

QUEM BATE NA ESCOLA MALTRATA MUITA GENTE




PROJETO FAZ UMA PONTE ENTRE A ESCOLA E A LITERATURA

AFETO E ALFABETO, TRABALHO PEDAGÓGICO REALIZADO PELO CENTRO EDUCACIONAL VARGEM BONITA, PROPORCIONA UM INTERCÂMBIO CULTURAL PARA OS(AS) ESTUDANTES. O ESCRITOR JONAS RIBEIRO PARTICIPARÁ DO PROJETO

A literatura proporciona ao estudante uma viagem a um mundo de conhecimento e descobertas. É por meio dela que o(a) aluno(a) satisfaz curiosidades, adquire capacidade crítica de entender o mundo, além de conquistar um espírito crítico para compreender o que se passa a sua volta. É respaldado em toda esta importância que o Centro Educacional Vargem Bonita realiza um trabalho pedagógico que tem se transformado em uma ponte literária entre o(a) estudante e o mundo da literatura.

Além de incentivar a leitura nos anos iniciais da educação básica, o projeto Afeto e Alfabeto também ajuda outras escolas a adquirir um acervo literário. Convidado especial do projeto este ano, o escritor Jonas Ribeiro visitará algumas escolas particulares e pedirá livros usados, que serão ofertados a escolas públicas. Para isto, o escritor,



Projeto abre oportunidade para o desenvolvimento de parcerias entre escritores e escolas e estimula a inovação

autor de 118 livros, fará o lançamento do livro “Alfabético – O almanaque do alfabeto poético”. A elaboração desse projeto abre uma oportunidade para o desenvolvimento de uma parceria entre escritores e escolas, tra-

zando assim frutos para a educação do Distrito Federal.

“Atualmente o mundo passa por constantes transformações, o conhecimento se tornou fundamental e é no ensino básico que a maioria dos estudantes

tem seu primeiro contato com a leitura, ferramenta essencial para o desenvolvimento do conhecimento. Pensando nisso, decidimos desenvolver um projeto de incentivo à leitura nessa fase inicial de alfabetização”,

explica a professora Josefa Alves dos Santos.

A professora revela que toda escola participará do projeto, criando atividades coletivas que serão apresentadas ao escritor no dia de sua visita, marcada para o dia 15 de setembro. Cerca de 250 estudantes de 10 turmas realizarão atividades, com ênfase na criatividade e inovação, como por exemplo, artes visuais, músicas, poemas, teatro, danças etc. Na ocasião a biblioteca será reinaugurada com o nome do escritor.

Um professor cerimonialista conduzirá o evento e vários convidados participarão, entre eles, representantes da Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, diretores(as) das escolas, representante da Administração Regional, representante do Conselho Tutelar, representante da instituição a ser contemplada com a caixa de livros doados pelos alunos(as), representante da Escola Parque 308 Sul e representante da Editora do Brasil.

INCLUSÃO REVERSA PEDE PASSAGEM, COM RESPEITO E COMPROMETIMENTO

Já imaginou um estudante cego praticando salto em altura durante uma aula de Educação Física? Ou uma aluna que sofreu um acidente vascular cerebral, que teve um lado do corpo paralisado, mas que pratica natação? Isso é realidade no Centro Educacional 2 do Guarará (CED 2).

A diversidade dentro da sala de aula traz benefícios, pois é a chance de a escola mostrar que pode incluir a todos, estando pronta para servir à comunidade, com todas as suas diferenças.

Por isso, a entrada de um(a) aluno(a) com deficiência em uma escola regular não deve ser pensada como uma aceitação de

apenas uma pessoa diferente.

Os professores de Educação Física Cleide de Fátima Moreira do Livramento e Aluísio Lopes Braga, do CED 2, levaram esse pensamento ao extremo.

A ideia foi lançar mão da inclusão reversa, a prática simultânea dos esportes entre estudantes com e sem comprometimento, seja ele físico, intelectual ou sensorial.

Os exercícios de inclusão reversa incluem, por exemplo, lançar o desafio para as outras crianças de nadar com um braço amarrado ou com uma venda nos olhos. Nas demais aulas, o apostado também ocorre: estu-

dantes com comprometimento fazem, a seu modo e com todo cuidado, atividades inicialmente destinadas a quem não tem nenhum problema.

A adoção do programa de inclusão provocou uma mudança qualitativa no comportamento dos(as) adolescentes, facilmente percebida pelos(as) professores(as) e colegas. A prática os tornou mais conscientes do preconceito.

A ideia é a de que os(as) estudantes que não têm comprometimento percebam as dificuldades dos outros e passem a respeitar e se socializar mais com eles. Foram mais aceitos e começaram a participar do cotidiano

da escola. Para Cleide, “os meninos veem de perto a dificuldade dos que têm algum comprometimento e aí acabam as diferenças”.

Para quem deseja saber mais sobre inclusão reversa, o fone do Centro Educacional 2 do Guarará é 3901-3693.



Ideia é provocar mudanças de comportamento e estimular a inclusão

Margaridas marcham, em B

A 5ª edição da Marcha das Margaridas reuniu cerca de 70 mil mulheres em Brasília. Acampadas do Estádio Nacional Mané Garrincha, camponesas conquistaram itens da pauta de reivindicações apresentada à presidenta Dilma

Cerca de 70 mil mulheres participaram da 5ª Marcha das Margaridas. O movimento reuniu, no dia 12 de agosto, em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, trabalhadoras rurais e integrantes de vários movimentos sociais. O encerramento, no Estádio Nacional Mané Garrincha, contou, novamente, este ano, com a participação de ministros de Estado e da presidenta da República, Dilma Rousseff.

Com o tema “Brasil soberano, sustentável, mais democrático, justo e igualitário no campo, cidade, águas e floresta”, a marcha trouxe, para Brasília, a luta pelos direitos de trabalhadoras e trabalhadores, contra a precarização do trabalho e em defesa da democracia.

“A 5ª Marcha das Margaridas veio este ano com uma força

indicativa de que nós, mulheres, não podemos arrear pé de nossas conquistas. Ouvi várias margaridas e observei a preocupação com o nosso Congresso Nacional, que atua para retirar direitos”, declara a coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro, Eliceuda França.

Ela afirma que “todas as mulheres urbanas e rurais brigam pelas mesmas coisas, mas sabemos que as companheiras do campo sofrem muito mais, por isso, no item relativo ao enfrentamento da violência contra a mulher no campo, é preciso que haja políticas públicas firmes em defesa das companheiras. Basta de as companheiras sofrerem tantas formas de violência”.

A Presidenta da República atendeu a vários itens do pleito das camponesas e afirmou que

o principal compromisso dela é com o combate à violência contra mulheres. Ela disse que irá criar patrulhas rurais e que o governo terá “tolerância zero” com esse tipo de violência.

“**Nós, professoras, temos a responsabilidade de apoiar a luta pela reforma agrária**”

“Faremos parcerias com as forças policiais localmente para que as mulheres vítimas de violência sejam assistidas de maneira correta e haja, de fato, prevenção da violência e do feminicídio”, afirmou.

Dilma assinou decreto com as novas regras do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que está sem revisão há 17 anos. Ela anunciou a ampliação dos limites de renda familiar anual e patrimônio familiar máximo para que as famílias possam requisitar crédito. Os valores dobraram, foram para R\$ 30 mil e R\$ 60 mil, respectivamente.

Iolanda Rocha, diretora de Políticas Sociais do Sinpro, conta que seus pais eram militantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Santo, na Bahia, e que ela se lembra do dia do assassinato de Margarida Alves. “Os (as) camponeses (as) são responsáveis por mais de 70% da alimentação da cidade. Lutam pela reforma agrária com direito à posse da terra, pela soberania alimentar e alimentação saudável, livre da contaminação dos

agrotóxicos, da transgenia e dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Por isso, nós, professoras (as), temos a responsabilidade de apoiar a luta por uma reforma agrária justa e ampla, que realmente entregue a terra para os (as) camponeses (as)”, diz Iolanda.

Educação – A presidenta Dilma disse que os serviços especializados de atenção à mulher rural serão ampliados e prometeu ampliar o número de vagas em creches e pré-escolas nas cidades e no campo. “Até 2018, o Ministério da Educação garantirá 1.200 espaços nas escolas para creches e conclusão da implantação em escolas rurais existentes para atender às crianças, prioritariamente, de 4 e 5 anos”.

Dilma anunciou a instalação de mais 100 mil cisternas produtivas até 2018, garantindo água para produção e implantação de quintais produtivos agroecológicos. Ela ainda disse que vai continuar trabalhando na elaboração do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, mas não detalhou quando será lançado.

“Nós, trabalhadoras urbanas, temos conquistado o direito à creche, mas a creche precisa chegar também às companheiras do campo para que elas possam desenvolver seu trabalho na agricultura e ter suas filhas também sendo cuidadas”, disse Neliane Cunha, diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras, do Sinpro.

Vilmara Carmo, também diretora da mesma Secretaria, diz que “às vezes penso que se nós, mulheres educadoras, tivéssemos um pouquinho dessa



Diretoras da Secretaria de Mulheres do Sinpro-DF participam da Marcha

Brasília, por justiça no campo



Diretoras do SinproDF durante a caminhada na Esplanada



Mais de 70 mil mulheres marcharam até o Palácio do Planalto

formação, a gente faria também uma grande revolução. A Marcha das Margaridas traz para nós, educadoras, uma reflexão sobre o papel da nossa força na elaboração e implantação das mudanças necessárias a este país e à educação”.

Luta pelos direitos – A coordenadora-geral da Marcha das Margaridas e secretária de Mulheres da Contag, Alessandra Lunas, disse, no encerramento, que a marcha não significava um enfrentamento, mas uma luta pelos direitos das trabalhadoras do campo. “Estamos na rua garantindo o não retrocesso do direito das trabalhadoras”, afirmou. Ela disse também que o movimento está com Dilma. “Sim, estamos juntas com a pre-

sidenta Dilma Rousseff”.

A pauta de reivindicações foi entregue ao governo federal um mês antes da marcha. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, disse, no discurso de encerramento, que o governo estuda todas. “Muitas pautas que vocês trazem serão atendidas, algumas, não neste momento”.

Eleonora informou que uma das demandas da última marcha, realizada em 2011, foi a de implantação de unidades móveis de enfrentamento à violência contra as mulheres e assegurou que 54 foram entregues aos estados e municípios, além de uma unidade móvel no Arquipélago do Marajó, no Pará.

Margarida Maria Alves, presente!

Se o assassino de Margarida Alves pretendesse calar a voz de uma militante, não conseguiu atingir seu objetivo. O que eles conseguiram com esse crime foi a multiplicação de Margarida. Neste ano, 70 mil margaridas participaram da marcha a Brasília. Ela foi assassinada na porta de casa, na frente do marido e do filho pequeno, em 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel. Três meses antes de ser morta, a líder sindical paraibana disse, em um discurso de comemoração do Dia 1º de Maio (Dia do Trabalhador), que era melhor morrer na luta do que morrer de fome.

Determinada, ela não era mulher de baixar a cabeça. Foi a primeira mulher a presidir um Sindicato de Trabalhadores Rurais na Paraíba. A luta de Margarida era pelo 13º salário, carteira assinada, direito à propriedade do sítio, porque os patrões plantavam a cana até na porteira da casa do pequeno proprietário. Os canaviais invadiam as

terras alheias e se houvesse resistência, os grileiros e latifundiários mandavam matar.

A luta dela era para que o (a) trabalhador (a) tivesse sua área de plantação garantida, na qual pudesse ter suas plantações e vida digna. Mais de 30 anos depois de sua morte, suas palavras ainda inspiram as trabalhadoras rurais e dão força para a luta diária por representatividade e melhores condições de trabalho e de vida no campo. Outra frase famosa do mesmo discurso, “da luta eu não fujo”, está gravada em uma das paredes da antiga casa de Margarida Alves, que se transformou em museu, em 2001.

Na residência simples, a geladeira azul ainda está guardada. Nos quatro cômodos da casinha de fachada amarela também estão, à vista, documentos da época em que Margarida liderava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, atas de reuniões, instrumentos usados pelos trabalhadores no

corte da cana de açúcar para as usinas, fotos e objetos pessoais: uma camisa branca com bordado de flores, os óculos, o chapéu usado por ela quando visitava os trabalhadores na roça e uma bolsa.

Nas paredes, recortes de jornais de todo o país e alguns do exterior dão a dimensão da repercussão do crime. O assassinato chamou a atenção do Brasil para o clima de tensão entre trabalhadores rurais e latifundiários da região do Brejo Paraibano nos anos 1980. Como Margarida Alves, outras lideranças de trabalhadores também estavam marcadas para morrer.

Mesmo diante das ameaças, a camponesa não se intimidou e só teve a voz calada pela espingarda calibre 12 de um matador de aluguel. Mesmo com a exposição nacional do crime, que chegou a ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 30 anos depois nenhum dos mandantes foi condenado.



GDF PRECISA COM URGÊNCIA NOMEAR MAIS PROFESSORES

AS 240 NOMEAÇÕES DE PROFESSORES (AS) OCORRIDAS EM AGOSTO NÃO COBREM AS MAIS DE 680 VAGÂNCIAS RESULTANTES DE APOSENTADORIAS SÓ DESTE ANO. SE CONTABILIZAR AS VAGAS DE ANOS ANTERIORES NÃO OCUPADAS POR EFETIVOS, ESSE NÚMERO AUMENTA MUITO MAIS

As 240 nomeações de professores (as) concursados (as) para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), divulgadas no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) no dia 10 de agosto, não são suficientes para suprir a grande defasagem de docentes que há, hoje, na rede pública de ensino.

Samuel Fernandes, diretor de Imprensa do Sinpro, afirma que o número de nomeações é irrisório diante do volume de vagas registradas somente este ano nas escolas públicas. “Um levantamento que fizemos no DODF dá conta de que 682 aposentadorias foram

publicadas apenas em 2015”, informa.

Fernandes afirma que, além de essas nomeações estarem muito aquém das necessidades e só terem ocorrido por causa da pressão da diretoria colegiada do Sinpro, elas foram distribuídas para 16 disciplinas – Artes Músicas, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Espanhol, Inglês, Português, Matemática, Química, Sociologia e Atividades –, “o que é insignificante para as 657 atuais escolas da rede, que recebem, hoje, 459.979 estudantes para o ensino presencial, segundo números do Censo Escolar 2015, realizado pelo próprio Governo do Distrito Federal (GDF)”.

Desde março deste ano, o GDF vem

anunciando nomeações, mas somente em agosto é que ocorreram as primeiras. Atualmente, há 1.286 professores (as) e 1.052 pedagogos (as) orientadores (as) educacionais aprovados (as) em concurso no Cadastro de Reserva da SEEDF. Todavia, há mais de

3.500 vagas abertas na rede. Mesmo que o GDF convoque todos os(as) concursados(as), terá de fazer novos concursos para suprir as necessidades do sistema público de ensino.

No caso dos (as) orientadores (as) educacionais, informações do Portal de Transparência dão conta de que, de 2008 para cá, 76 se aposentaram e houve sete falecimentos e exonerações. Em 2015, o DODF divulgou mais 15 aposentadorias de orientadores (as) educacionais até o dia 28/08/2015. Segundo informações da Gerência de Seleção e Provisão, atualmente, encontra-se em efetivo exercício um total de 674 orientadores (as) educacionais na rede pública.

Com a Lei nº 5.326, de 3/4/2014, que estabelece um total de 1.200 cargos para pedagogo(a)-orientador(a) educacional, encontram-se vagos 526 cargos. “O governo está causando um prejuízo pedagógico imensurável às escolas pela falta dos(as) orientadores(as) educacionais. Esses profissionais precisam ser nomeados imediatamente para recompor o quadro da rede pública de ensino”, declara Fernandes.

Ele assegura que, “no caso dos (as) professores (as), desde o início do ano, estamos esperando as nomeações. Quando ocorrem, é só isso. Além do mais, o governo comete um ato ilegal porque ele está colocando aí professores(as) do contrato temporário em vagas de professores(as) efetivos(as). E a ilegalidade se configura em vários

sentidos, até mesmo porque as vagas são oriundas de aposentadorias, falecimentos e exonerações e, por lei, elas devem ser ocupadas por efetivos”.

Fernandes esclarece que a cobertura por professores (as) efetivos (as) das vagas ocupadas por professores (as) do contrato temporário não tem impacto na Lei de Responsabi-

“**O governo deveria cumprir a lei, preenchendo todo o quadro de efetivos na rede**”

lidade Fiscal (LRF). “O governo Rollemberg vem sempre com a desculpa de que não convoca por impedimento da LRF, mas isso não é verdade. Não aceitamos esse número reduzido de nomeações. Continuaremos a lutar pelas demais nomeações e por mais concurso público”, garante o diretor.

“Não vamos permitir que os (as) concursados (as) sejam prejudicados (as) e preteridos (as) pelo governo Rollemberg”, alerta Samuel. Ele informa que o GDF precisa realizar, com urgência, um novo concurso para as disciplinas com cadastro reserva zerado, uma vez que, no próximo ano letivo, irá faltar professores (as) em diversas disciplinas.

“Atividades, por exemplo, é uma disciplina que não tem mais professores efetivos no banco, mas, em 2016, teremos milhares de estudantes entrando na rede pública, abertura de novas turmas e centenas de vagas de professores (as). Já dá para perceber que se o governo Rollemberg não quiser ter problemas no início do ano que vem, terá de agir rápido, realizando um novo concurso ainda este ano ou, caso contrário, muitos estudantes voltarão para casa sem aula em razão da falta de docentes”, alerta.

Ele afirma que “o governo deveria cumprir a lei, preenchendo todo o quadro de professores (as) efetivos (as) da rede, garantido a redução de 20% de regência aos (às) professores (as) com mais de 20 anos de regência e a liberação para o gozo de licença-prêmio aos (às) professores (as) que solicitarem, sendo essas vagas ocupadas nesses períodos por professores (as) de contratos temporários”.

O diretor argumenta que “o governo Rollemberg não resolve os problemas na prática e continua no discurso. A educação não pode esperar, mas, para o governo, está tudo bem. Faltam professores (as), orientadores (as) educacionais, merenda de qualidade, segurança nas escolas, materiais pedagógicos, entre outras coisas. Até agora, o improvisado, retirada de direitos e o ataque aos (às) trabalhadores (as) estão sendo a marca desse governo”, finaliza.



OP

OUTRAS PAUTAS

DEBATE:

O PETRÓLEO É NOSSO

Desde sua origem, o movimento sindical defende o patrimônio biológico e mineral brasileiro das insistentes ameaças do capital internacional. Dessa vez, a Petrobras é a bola da vez. É por isso que o Outras Pautas trará, no dia 29 de setembro, o debate sobre a importância do pré-sal para a educação e do petróleo para a soberania do país e do povo brasileiro.

O debate, que será realizado no teatro da Escola Parque 308 Sul, com José Maria Rangel, petroleiro da coordenação da Federação Única dos Petroleiros (FUP), e com Paulo Metri, engenheiro, conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e colunista do jornal Correio da Cidadania, buscará abordar todas as questões que têm envolvido o desmonte da Petrobras e as ameaças de o Brasil perder a propriedade desse patrimônio nacional.

Uma das ameaças é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), que retira o Brasil da exploração do pré-sal e entrega a exploração dessa riqueza às multinacionais. O autor do PLS é um dos maiores interessados em entregar o pré-sal às multinacionais. O PL de José Serra não só desmonta a empresa pública, mas também a educação, a saúde e outros setores beneficiados pela Lei dos Royalties do Petróleo (Lei nº 12.858/2013).

Desde que souberam do PLS do senador José Serra, os petroleiros intensificaram a luta para impedir o desmonte da Petrobras. Eles têm denunciado todo o jogo político e econômico feito por políticos brasileiros, empresários e especuladores estrangeiros para retirar o petróleo nacional das mãos dos brasileiros, como tem sido feito em outros países, sobretudo no Oriente Médio.

O PLS de José Serra praticamente revoga a Lei dos Royalties do Petróleo. Além da perda da nossa riqueza mineral, a transferência

preconizada pelo PLS de José Serra destruirá também os investimentos em educação, saúde e em outros setores. No início do ano, numa entrevista publicada no jornal "O Estado de S. Paulo", o senador José Serra defendeu a ideia de que esse patrimônio seja "vendido, concedido ou extinto".

"O PLS 131/15 é nefasto e ardiloso, é contra o povo brasileiro, porque, de uma só vez, ele entrega o patrimônio nacional para especuladores e empresas petrolíferas estrangeiras e quebra a educação e a saúde, facilitando ainda mais a precarização e privatização também desses direitos sociais", afirma Rosilene Corrêa, da diretoria colegiada do Sinpro-DF

O Plano Nacional de Educação (PNE) precisa do petróleo e da Lei dos Royalties para existir, assim como precisa de uma profunda reforma tributária, com tributação das grandes riquezas para destinar mais recursos financeiros para a educação.

Os 75% dos royalties do petróleo estão destinados à educação pública. Mas querem mudar isso. As apurações sobre as irregularidades na Petrobras estão servindo como pano de fundo para disseminar uma velha ideia de que o patrimônio mineral brasileiro deve ser privatizado, bem com a estatal, colocando em risco a soberania e os interesses nacionais.

Numa entrevista para a **Revista Sinpro Mulher**, edição 2015, a diretora de Formação Sindical e de Comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina (Sindipetro PR/SC) e coordenadora do Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Anacélie Azevedo, afirmou que "a Petrobras é uma empresa altamente lucrativa e quebra recordes de extração, produção e refino de petróleo cotidianamente".

29

DE SETEMBRO

19H30

TEATRO DA ESCOLA
PARQUE 308 SUL

PETROBRAS EM NÚMEROS

1,5 milhão: empregos em risco.

R\$ 300 milhões: Petrobras injeta todos os dias no país.

13% do PIB: riquezas geradas pela Petrobras

R\$ 104,4 bilhões é o valor que a Petrobras investiu em 2013.

42% da indústria representa investimentos da Petrobras.

PÚBLICO RECORDE NO 12º ARRAIÁ DO SINPRO

MUITA ANIMAÇÃO EM MAIS UMA FESTA JUNINA ORGANIZADA PELO SINDICATO. COM SHOW DO GRUPO FALAMANSÁ, O EVENTO INVADIU A MADRUGADA NA CHÁCARA DO PROFESSOR



Com a presença estimada de 9 mil pessoas, a 12ª edição da Festa Junina do Sinpro foi um enorme sucesso. Uma grande estrutura foi erguida na Chácara do Professor, no último dia 15 de agosto. Muitos chegaram cedo, para aproveitar a festa desde o início. As crianças se divertiram com os pula-pulas, cama elástica, passeio de charrete, touro mecânico e se encantaram com os diversos animais da fazendinha.

Os quiosques, recheados de comidas típicas estavam lotados. O pau de sebo, a quadrilha e o mural de fotos também caíram no gosto do público. “A festa foi maravilhosa, a categoria correspondeu. A escolha da banda foi mais do que acertada, pois o Falamansa é um grupo premiado, também por iniciativas na área ambiental”, afirmou Marco Aurélio Rodrigues, diretor da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro.

A enorme fogueira chamava atenção e também espantava o frio,

mas muitos preferiram se esquentar dançando em frente ao palco. A música ficou por conta do grupo Falamansa (que cantou sucessos de quase duas décadas de carreira) e com o DJ Black Roque. Infelizmente o grupo Chinelo de Couro não se apresentou, por problemas técnicos do próprio conjunto.

Elaine Amâncio, diretora da Secretaria de Assuntos Culturais do Sindicato, ressaltou o aumento da oferta de atrações para as crianças. “Neste ano, tivemos mais brinquedos para a criançada, mais pula-pulas e aumentamos a fazendinha. Os pais e mães que chegaram mais cedo com os filhos elogiaram bastante a estrutura. Desde as 18h os pequenos já se divertiam por ali”, afirmou. Ela também se surpreendeu com o show do Falamansa, que começou um pouco depois das 23h. “Além das ótimas músicas do forró pé-de-serra, gostei muito da postura dos músicos. Eles interagiram com a plateia e endossaram a importância do(a) professor(a) para o país,

do quanto a categoria necessita ser valorizada”, disse.

A diretora também apontou que a presença de um grupo de repercussão nacional conseguiu aproximar um público mais jovem da festa,

principalmente professores(as) que ingressaram recentemente no Magistério, “trazendo a categoria para perto do Sinpro e consequentemente, para a nossa luta”, endossou Elaine.



Vem aí a festa do professor

Evento será no dia 24 de outubro no Net Live Brasília

Um clima mais intimista para o (a) professor (a) e orientador (a) educacional reviverem os anos 60, 70 e 80. É o que vai ocorrer na edição 2015 da Festa do Professor, a ser realizada no dia 24 de outubro, no Net Live Brasília (antigo Marina Hall), no SHTN - Q 5 - Bl. A - Vila Planalto. O acesso à festa só será permitido com apresentação da carteirinha de sindicalizado, a qual possibilita a entrada de convidados (as) dos (as) docentes e orientadores (as)

A atração deste ano é Kid Vinil, artista consagrado nos anos 80 que, além de se apresentar com uma banda, será DJ. Ele fez sucesso com músicas como, Tic Tic Nervoso, A Gata Comeu e Sou Boy. Ao lado dele, a banda Suprema vai revisitar hits do passado. Terá também tenda eletrônica com DJs famosos.

“É uma festa para a nossa categoria reviver o passado recente”, assegura Marco Aurélio Rodrigues, coordenador da Secretaria para Assuntos Culturais.

Elaine Amâncio, diretora de Assuntos Culturais, convida a categoria toda para a festa e diz que, além da alegria de rever colegas e amigos (as), será também um momento de reencontro com o passado.

“A festa de outubro já é, por si só, um evento esperado, e o nosso desafio é inová-la todo ano. Por isso, este ano, optamos por um evento que nos remeta aos anos 60, 70 e 80. Esperamos que ela seja muito alegre e agrade a todos e todas. É um momento de pausa na luta para, embalados por hits memoráveis, recarregarmos nossas energias”, afirma a diretora.

